

No. 35417

**Brazil
and
Venezuela**

Agreement on the international transport of passengers and goods by road between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Venezuela (with annexes). Caracas, 4 July 1995

Entry into force: *16 October 1998 by notification, in accordance with article 20*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 26 January 1999*

**Brésil
et
Venezuela**

Accord relatif au transport routier international de passagers et de marchandises entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Venezuela (avec annexes). Caracas, 4 juillet 1995

Entrée en vigueur : *16 octobre 1998 par notification, conformément à l'article 20*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 26 janvier 1999*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS
E CARGA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela,
(doravante denominados "Partes Contratantes")

Atendendo à conveniência de contar com um instrumento legal que regularize o transporte rodoviário de passageiros e carga entre os dois países e fixe os princípios fundamentais de reciprocidade capazes de integrar e complementar seus legítimos interesses nesse setor de atividades;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Os termos deste Acordo aplicar-se-ão ao transporte rodoviário internacional de passageiros e carga entre as Partes Contratantes tanto em transporte direto como em trânsito a terceiros países.

ARTIGO 2

Para efeitos do presente Acordo entende-se por:

1) Transporte por rodovia:

c transporte comercial efetuado por veículos que empreguem rodovias como infra-estrutura viária;

2) Transporte rodoviário internacional:

o transporte por rodovia que, em seu percurso, cruze pelo menos um ponto na fronteira entre os dois países;

3) Transporte comercial:

o serviço público de transporte de passageiros e carga realizado por um transportador autorizado, por conta de terceiros e mediante retribuição;

4) Transporte de passageiros:

o serviço realizado para o traslado de pessoas, de forma regular, de acordo com os itinerários, horários e frequências aprovados desde o local de origem ao local de destino e entre cidades de dois ou mais países;

5) Carga:

toda mercadoria que possa ser objeto de transporte comercial.

6) Veículo automotor de transporte de passageiros:

artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar passageiros por rodovia, mediante tração própria;

7) Veículo automotor de transporte de carga:

artefato, com os elementos que constituem o equipamento normal para transporte, destinado a transportar cargas por rodovia, mediante tração própria ou suscetível de ser rebocada;

8) Tripulação:

pessoal empregado por transportador e credenciado por este, que acompanha o veículo em sua operação;

9) Empresa transportadora:

pessoa jurídica, legalmente constituída, inclusive cooperativa, autorizada, nos termos do presente Acordo, a realizar o transporte rodoviário internacional;

10) Transportador individual credenciado:

peessoa física que realiza transporte sob a responsabilidade de uma empresa transportadora habilitada autorizada a operar no transporte internacional, nos termos do presente Acordo;

11) Transporte de carga própria:

transporte realizado por empresas cuja atividade comercial principal não seja o transporte de carga remunerado, efetuado com veículos de sua propriedade, e que se aplique exclusivamente à carga que utilizam para seu consumo ou para distribuição dos seus produtos.

ARTIGO 3

Ficam autorizadas a entrada e a saída de veículos das Partes Contratantes que transportem passageiros ou carga através dos pontos habilitados na fronteira, com base na reciprocidade, de conformidade com as leis e regulamentos existentes em cada país e nas condições estabelecidas neste Acordo e seus anexos.

ARTIGO 4

Os transportadores autorizados de uma das Partes Contratantes não poderão realizar transporte doméstico no território da outra, sob pena de cassação da autorização do transporte internacional.

ARTIGO 5

As disposições do presente Acordo não representarão, em nenhum caso, restrição às facilidades sobre transporte fronteiriço que se concedem atualmente ou se poderão conceder mutuamente as Partes Contratantes.

ARTIGO 6

As autorizações a que se refere o Artigo 3 só serão outorgadas a veículos que transitarem sob a responsabilidade de empresas transportadoras habilitadas, que tenham obtido autorizações, obedecida a legislação dos países a cuja jurisdição pertençam, bem como as normas de garantia de entrada, retorno, trânsito e transporte de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO 7

Salvo as disposições especiais deste Acordo e seus anexos, os transportadores autorizados, o pessoal empregado, os veículos, os equipamentos e os serviços que prestem, estão sujeitos a todas as normas e regulamentos vigentes no território de cada país, reconhecendo cada uma das Partes Contratantes o direito da outra de impedir a prestação de serviço em seu território, quando não sejam cumpridas as condições e os requisitos estabelecidos em sua legislação.

ARTIGO 8

Cada Parte Contratante aplicará em seu território aos transportadores, veículos e tripulações da outra Parte as mesmas disposições legais e regulamentares que aplicam aos do seu próprio país para o transporte objeto deste Acordo.

ARTIGO 9

Os veículos deverão efetuar a passagem de fronteira unicamente através dos pontos habilitados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 10

As Partes Contratantes determinarão os pontos habilitados de passagem da fronteira, rotas, itinerários e terminais a serem utilizados dentro de seus territórios, os quais deverão ser aqueles que ofereçam as melhores condições de operação, proporcionando os menores custos de transporte, sempre de conformidade com os princípios estabelecidos neste Acordo.

ARTIGO 11

1. As cargas transportadas serão submetidas, nos pontos de fronteira habilitados, ao despacho aduaneiro correspondente, de conformidade com a legislação vigente de cada Parte.

2. As Partes Contratantes concederão facilidades, nas alfândegas de fronteira, aos veículos e aos contêineres que estejam fechados com seus lacres intactos. Se for necessário, a alfândega poderá colocar seu próprio lacre.

ARTIGO 12

1. Os veículos e seus equipamentos devem sair do país em que ingressaram dentro dos prazos que tenham sido acordados, mantidas as mesmas características verificadas no momento da entrada.

2. Em caso de acidente devidamente comprovado, as autoridades aduaneiras permitirão a saída do país dos veículos que tenham sofrido danos irreparáveis, após determinação nesse sentido e autorização por parte das autoridades competentes especializadas em trânsito, sempre que:

- a) o proprietário se submeta ao pagamento dos direitos e gravames de importação exigíveis; ou
- b) tenham sido abandonados pela tripulação e que o transportador ou o interessado tenha cumprido com todas as obrigações legalmente contraídas no país em que ocorreu o acidente.

ARTIGO 13

A tripulação dos veículos deverá estar amparada por documentação que lhe permita o exercício de suas funções e que lhe será fornecida pelas autoridades competentes do país a que pertencer, os quais serão reconhecidos por ambas as Partes.

ARTIGO 14

Cada Parte Contratante manterá a outra informada sobre as dimensões, pesos máximos e demais normas técnicas exigidas em seu território para a circulação interna de veículos.

ARTIGO 15

Os transportadores estarão obrigados a segurar os riscos de transporte, em relação a terceiros e à tripulação. Cada Parte Contratante adotará medidas legislativas internas que permitam a emissão de certificados de apólices de seguro com validade internacional. Os seguros com que devem contar as empresas de uma das Partes poderão ser contratados no país em que se interne temporariamente o veículo, ou no país de origem do mesmo, obedecendo ao princípio da reciprocidade. Neste último caso, deverá responsabilizar-se pelo seguro uma entidade ou organismo do país onde se interne.

ARTIGO 16

As Partes Contratantes poderão permitir a circulação de veículos cujas características, ou as de suas cargas, sejam especiais ou diferentes das estabelecidas nas respectivas legislações, com prévia tramitação das correspondentes autorizações especiais junto às autoridades competentes.

ARTIGO 17

As disposições específicas ou operativas que regulam diferentes aspectos compreendidos no presente Acordo serão objeto de normas contidas em anexos, que se referem aos aspectos organizacionais e operacionais, de seguros, migratórios e aduaneiros que formam parte deste Acordo, por cujo cumprimento serão responsáveis os organismos competentes de cada país.

ARTIGO 18

As Partes Contratantes poderão concluir instrumentos complementares a este Acordo sobre os diferentes aspectos nele considerados, especialmente no que se refere a critérios de reciprocidade nas autorizações e nos demais aspectos técnicos e operacionais. Os mencionados instrumentos não poderão, em nenhum caso, contrariar ou anular os dispositivos deste Acordo.

ARTIGO 19

1. As Partes Contratantes designam como Organismos Nacionais Competentes responsáveis pelo cumprimento deste Acordo:

a) no Brasil: o Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento de Transportes Rodoviários da Secretaria de Produção;

b) na Venezuela: o Ministerio de Transporte e Comunicações, por intermédio da Direção do Serviço Autônomo de Transporte Terrestre.

2. As Partes Contratantes constituirão, por via diplomática, uma Comissão destinada a avaliar periodicamente a execução deste Acordo e a sugerir as emendas que se considere necessário incorporar aos anexos. A Comissão se reunirá uma vez ao ano, por convocação de qualquer uma das Partes, mediante notificação prévia formulada com 60 (sessenta) dias de antecedência, ou extracrdinariamente, quando for necessário.

ARTIGO 20

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da última notificação.

ARTIGO 21

As controvérsias que possam surgir entre as Partes Contratantes, em virtude da interpretação e da execução deste Acordo, serão resolvidas mediante negociações diretas efetuadas por via diplomática

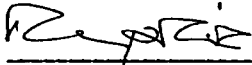
ARTIGO 22

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, por via diplomática, em cujo caso cessará em seus efeitos 6 (seis) meses após a data da respectiva notificação.

ARTIGO 23

O presente Acordo poderá ser modificado por entendimentos das Partes Contratantes. As modificações, uma vez notificadas por via diplomática, entrarão em vigor na forma indicada no Artigo 20.

Feito em Caracas, em 04 de julho de 1995, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA VENEZUELA
Miguel A. Burelli Rivas
Ministro das Relações
Exteriores

A N E X O I
Aspectos Organizacionais e Operacionais

C A P Í T U L O I
Outorga de Permissões

ARTIGO 1

Os organismos de aplicação do Acordo outorgarão permissão original às empresas transportadoras de sua jurisdição e permissão complementar às empresas transportadoras sob jurisdição da outra Parte Contratante.

ARTIGO 2

As permissões originais serão outorgadas, atendidos os seguintes requisitos básicos:

- a) a empresa transportadora deverá ser constituída de acordo com a legislação do país de sua jurisdição;
- b) mais da metade da propriedade e o controle efetivo da empresa transportadora devem estar em mãos de nacionais do país de origem da mesma.

ARTIGO 3

A permissão outorgada por uma das Partes Contratantes a uma empresa transportadora de sua jurisdição será considerada pela outra Parte Contratante como credencial de que a empresa transportadora reúne as qualidades de idoneidade e capacidade técnica, operacional e financeira, exigíveis aos prestadores de serviços públicos.

ARTIGO 4

Para habilitação complementar, a empresa transportadora deverá apresentar à outra Parte Contratante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição da permissão originária:

- a) certificado de permissão original expedido pela autoridade competente do respectivo organismo de aplicação, nos termos dos formulários I e II;

- b) instrumento público de procuração, nomeando e constituindo representante legal da empresa transportadora, com plenos poderes para representá-la em todos os atos administrativos e judiciais em que deva intervir na jurisdição do outro país, a ser lavrado de acordo com os termos indicados pelos respectivos organismos de aplicação;
- c) apólice de seguro de responsabilidade civil dos veículos.

ARTIGO 5

Desde que a empresa transportadora preencha os requisitos do Artigo 4, terá sua autorização que lhe garante que poderá operar o transporte rodoviário internacional, comprometendo-se ambas as Partes Contratantes a evitar quaisquer medidas restritivas de caráter econômico que possam dificultar o livre acesso das empresas transportadoras habilitadas naquele transporte.

ARTIGO 6

Quaisquer alterações havidas na constituição e representação da empresa transportadora habilitada, bem como na relação e identificação da frota habilitada, serão processadas no organismo do país de origem e comunicadas à outra Parte Contratante através de fax ou telex.

ARTIGO 7

A outorga e o cancelamento das permissões original e complementar obedecerão às condições e termos de validade estabelecidos mutuamente, atendidos os princípios de uniformização e simplificação de critérios.

C A P Í T U L O II
Taxas, Direitos e Chapas Identificadoras

ARTIGO 8

1. Cada Parte Contratante dispensará as empresas transportadoras habilitadas da outra Parte do pagamento de direitos e taxas referentes à circulação e ao licenciamento dos seus veículos.

2. Nada neste Artigo será considerado como isenção de taxas cobradas por serviços públicos específicos efetivamente prestados.

3. Os veículos das empresas mencionadas neste Artigo serão providos de chapas identificadoras pelo país de origem, as quais serão reconhecidas como válidas pela outra Parte Contratante.

C A P Í T U L O III
Veículos e Instalações Fixas

ARTIGO 9

Os veículos e instalações fixas (oficinas mecânicas e armazéns de depósito) habilitados por uma das Partes Contratantes serão reconhecidos como aptos para a prestação de serviço pela outra Parte Contratante sempre que, em relação aos veículos, as dimensões, os pesos máximos e demais requisitos técnicos se ajustem aos preceitos que vigorem na outra Parte Contratante ressalvado o disposto no Artigo 16 do Acordo.

C A P Í T U L O IV
Inspeção Mecânica

ARTIGO 10

Cada Parte Contratante reconhece à outra o direito de exercer inspeção mecânica dos veículos habilitados, bem como de impedir a prestação de serviço de todo veículo que não ofereça as condições de segurança exigidas pelos respectivos regulamentos de trânsito e de transporte rodoviário.

C A P Í T U L O V
Controles

ARTIGO 11

Cada uma das Partes Contratantes realizará o controle integral das operações de todas as empresas transportadoras habilitadas, em seu próprio território, informando a outra dos resultados relativos às empresas transportadoras de sua jurisdição.

ARTIGO 12

As empresas transportadoras habilitadas, qualquer que seja sua jurisdição de origem, estarão obrigadas a apresentar a cada um dos organismos de aplicação previstos no Artigo 19 do Acordo as informações contábeis e estatísticas, conforme normas e instruções uniformes a serem estabelecidas por mútuo acordo.

ARTIGO 13

As Partes Contratantes acordam em estabelecer documentos padronizados de transporte rodoviário internacional (documentos de idoneidade orginário e complementar e documento para a descrição de veículos).

ARTIGO 14

1. Os documentos e formulários de caráter operacional previstos neste Anexo serão redigidos nos idiomas português e espanhol, e sua validade independe de visto consular.

2. Para esse fim, os "fac-simles" das assinaturas e os modelos de sinetes ou carimbos das autoridades e organismos competentes serão reciprocamente fornecidos mediante troca de informações específicas.

C A P Í T U L O VI
Infrações e Sanções

ARTIGO 15

As infrações aos dispositivos legais e regulamentares cometidas pelas empresas transportadoras habilitadas serão apuradas e punidas de acordo com a legislação da Parte Contratante em cujo território tenham ocorrido, independentemente da jurisdição da empresa transportadora responsável.

DOCUMENTOS DE DESCRIÇÃO DE VEÍCULOS

FORMULÁRIO II

EMPRESA

Origem/Destino

Documento de Idoneidade (certificado) No

Tipo Ano Marca Modelo Chassis no Eixos CMT CCU Tara Placa

A N E X O II
Aspectos de Seguros

ARTIGO 1

A obrigação de contratação de seguro para as empresas que realizarem transportes internacionais, prevista neste Acordo, faz-se extensiva aos proprietários ou motoristas dos veículos destinados ao transporte de carga própria, porém limitando-a à responsabilidade civil por lesões, morte ou danos a terceiros não transportados.

ARTIGO 2

As autoridades de controle de divisas de cada Parte Contratante autorizarão as transferências dos prêmios dos seguros e dos pagamentos em razão de indenizações por sinistros e despesas, em cumprimento ao estabelecido neste Acordo.

ARTIGO 3

As Partes Contratantes se obrigam a intercambiar informações referentes às normas vigentes ou às que venham a ser ditadas no futuro sobre a responsabilidade civil e os seguros aos quais se refere este Acordo, bem como às disposições impositivas ou de outro caráter que gravem os prêmios cobrados por conta dos seguradores que assumam a responsabilidade pelos riscos no exterior, como também aqueles gravames com respeito aos quais as mencionadas operações estarão isentas. Com esta finalidade, as normas de aplicação tenderão a favorecer o desenvolvimento da atividade de seguros de transporte internacional e evitar a dupla tributação.

ARTIGO 4

Para a apresentação à autoridade de controle, os seguradores que assumam a cobertura fornecerão a seus representantes no outro país formulários de certificados de cobertura, com os seguintes dados: nome e endereço do segurador, numeração correspondente, nome e endereço da empresa de transportes, individualização e características do veículo, período de cobertura, riscos cobertos, importâncias seguradas, lugar e data de emissão, nome e endereço do representante e assinatura do mesmo.

ARTIGO 5

1. Os valores mínimos de cobertura estabelecidos por este Acordo são os seguintes:

a) para danos a terceiros não transportados:

a.1) morte e danos pessoais: US\$ 20,000.00 por pessoa;

a.2) danos materiais: US\$ 15,000.00 por bem;

Limite por sinistro ou catástrofe: US\$ 120,000.00

b) para danos a passageiros:

b.1) morte e/ou danos pessoais: US\$ 20,000.00 por pessoa;

b.2) danos materiais: US\$ 500.00 por passageiro;

Limite por sinistro ou catástrofe: US\$ 200,000.00, para morte e/ou danos pessoais e US\$ 10,000.00 para danos materiais.

2. Poderão ser livremente acordados entre segurados e seguradoras valores de coberturas superiores aos mínimos constantes neste Acordo.

ARTIGO 6

Serão válidos os seguros de responsabilidade civil cobertos pelas empresas seguradoras do país de origem, desde que tenham acordos com empresas seguradoras do outro país, para a liquidação e pagamento dos sinistros, em conformidade com as leis de cada país.

ARTIGO 7

1. Com a finalidade de instrumentar os Artigos que antecedem serão promovidos acordos entre entidades seguradoras ou resseguradoras, com a devida supervisão das autoridades de seguros, de transporte e controle de divisas de cada país.

2. As autoridades de seguro de cada Parte Contratante acordam estabelecer cláusulas uniformes para a apólice do seguro previsto neste Acordo.

A N E X O III
Aspectos Migrat6rios das Empresas
Transportadoras e da Tripula76o

ARTIGO 1

Cada Parte Contratante permitir6 a entrada e a sa7ida, de seu Territ6rio, da tripula76o dos ve7culos em opera76o, habilitados para o transporte terrestre internacional de passageiros ou de carga, exigindo para tal fim t6o-somente a apresenta76o da Carteira ou Cart6o de tripulante terrestre emitido pela autoridade de migra76o de seu pa7is.

ARTIGO 2

As autoridades de migra76o das Partes Contratantes autorizar6o o ingresso e estada da tripula76o terrestre em seu territ6rio pelo prazo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 3

No caso de for7a maior devidamente comprovada, ou de impossibilidade de conclus6o de determinada opera76o de transportes, as Partes Contratantes poder6o conceder 6a tripula76o terrestre uma prorroga76o de estada de at6 mais 30 (trinta) dias.

ARTIGO 4

As empresas transportadoras ou seus representantes legais ser6o respons6veis por todos os gastos advindos da retirada, do pa7is, de sua tripula76o terrestre, no caso de descumprimento das normas legais pertinentes do pa7is correspondente.

ARTIGO 5

As empresas transportadoras autorizadas, em conformidade com o presente Acordo, e sua tripula76o terrestre estar6o sujeitos 6s disposi76es legais sobre imigra76o em vigor no territ6rio das Partes Contratantes.

A N E X O IV
Assuntos Aduaneiros

C A P Í T U L O I
Definições

ARTIGO 1

Para os fins do presente Anexo, entende-se por:

1) Admissão Temporária:

regime aduaneiro especial que permite receber em um território aduaneiro, com suspensão do pagamento dos gravames de importação, certas mercadorias ingressadas com um fim determinado e destinadas a serem reexportadas, sem haver sofrido modificações, dentro de um prazo estabelecido, salvo a depreciação normal como consequência do uso que se faça delas;

2) Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI):

regime aduaneiro especial sob o qual as mercadorias sujeitas a controle aduaneiro são transportadas de um recinto aduaneiro a outro em uma mesma operação, no curso da qual se cruzam uma ou várias fronteiras;

3) Operação de Trânsito Aduaneiro Internacional:

o transporte de mercadorias desde a jurisdição de uma alfândega de partida até a jurisdição de uma alfândega de destino localizada em outro país, sob o regime estabelecido no presente Anexo;

4) Alfândega de Partida:

a alfândega de uma Parte Contratante sob cuja jurisdição começa uma operação TAI;

5) Alfândega de Passagem de Fronteira:

a alfândega de uma Parte Contratante pela qual ingressa ou sai do país uma unidade de transporte no curso de uma operação TAI;

6) Alfândega de Destino:

a alfândega de uma Parte Contratante sob cuja jurisdição se conclui uma operação TAI;

7) Carregamento Excepcional:

um ou vários objetos pesados ou volumosos que, por razão de seu peso, suas dimensões ou sua natureza, não possam ser transportados em unidades de transporte fechadas, sob reserva de que possam ser facilmente identificados. Neste conceito também se compreendem os veículos novos que se transportam por seus próprios meios;

8) Contêiner:

elemento de transporte (baú portátil, tanque móvel ou análogo com seus acessórios, inclusive os equipamentos de refrigeração, lonas, etc.) que correspondam às seguintes condições:

- a) constitua um compartimento fechado, total ou parcialmente, destinado a conter mercadorias;
- b) tenha caráter permanente, portanto, seja suficientemente resistente para suportar seu uso repetido;
- c) haja sido especialmente idealizado para facilitar o transporte de mercadorias, por um ou mais meios de transporte, sem manipulação intermediária de carga;
- d) esteja construído de maneira tal que permita sua movimentação fácil, segura e, em particular, no momento de ser transbordado de um meio de transporte a outro;
- e) haja sido concebido de tal maneira que resulte fácil carregamento e esvaziamento;
- f) seu interior seja facilmente acessível à inspeção aduaneira sem a existência de pontos onde possam ocultar-se mercadorias;

- g) seja dotado de pontos que permitam receber lacres, cintas ou outros elementos de segurança aduaneiros, de forma a garantir sua inviolabilidade durante seu transporte ou armazenamento;
- h) sejam identificado por meio de marcas e números gravados de forma indelével, pintados de maneira que sejam facilmente visíveis;
- i) tenham um volume interior de um metro cúbico pelo menos.

9) Controle Aduaneiro:

conjunto de procedimentos a serem adotados com vistas a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aduaneiros;

10) Declaração de Trânsito Aduaneiro Internacional (DTA) :

o documento mediante o qual o declarante solicita à alfândega de partida uma operação de TAI;

11) Declarante:

a pessoa que, de acordo com a legislação vigente em cada Parte Contratante, solicita o início de uma operação aduaneira internacional, nos termos deste Anexo, apresentando uma declaração DTA perante a alfândega de partida e responde frente às autoridades competentes pela exatidão de sua declaração;

12) Depósito Afiançado (DFA):

local privativo alfandegado destinado à guarda de materiais de manutenção e reparo de veículos sob responsabilidade dos transportadores, com suspensão de gravames aduaneiros, sendo autorizada sua instalação pela Parte Contratante em seu território, mediante prévio cumprimento das disposições legais vigentes;

13) Garantia:

obrigação que se contrai, a favor da alfândega, com o objetivo de assegurar o pagamento dos gravames ou cumprimento de outras obrigações contraídas frente a ela;

14) Gravames de Importação ou Exportação:

direitos aduaneiros e qualquer outro encargo de efeito equivalente, seja de caráter fiscal, monetário, cambial ou de outra natureza, que incidam sobre as importações e exportações. Não se incluem neste conceito as taxas e encargos análogos quando correspondam ao custo dos serviços prestados;

15) Recinto Aduaneiro:

local habilitado pela alfândega destinado à realização de operações aduaneiras;

16) Transbordo:

transferência de mercadorias para outra unidade de transporte efetuada sob controle aduaneiro de uma mesma alfândega;

17) Transportador:

a pessoa autorizada a realizar o transporte internacional terrestre nos termos do presente Acordo e que assume a responsabilidade perante as autoridades competentes pela correta execução da operação TAI;

18) Unidades de Transporte:

a) os contêineres;

b) os veículos rodoviários, inclusive os reboques e semi-reboques.

C A P Í T U L O II
Campo de Aplicação

ARTIGO 2

1. O presente Anexo é aplicável ao transporte de mercadorias em unidades de transporte, entre os territórios das Partes Contratantes, com a condição de que a operação de transporte inclua o cruzamento de uma fronteira entre a alfândega de partida e a alfândega de destino.

2. As Partes Contratantes permitirão, em seus territórios, as operações de transporte internacional de passageiros e de mercadorias por rodovia, sob o regime de Trânsito Aduaneiro Internacional e Admissão Temporária de veículos, equipamentos de transporte, sobressalentes e acessórios necessários para a operação de transporte internacional, conforme as normas existentes em cada uma das Partes Contratantes e os princípios estabelecidos neste Acordo.

3. As disposições do presente Anexo são aplicáveis também ao transporte de mercadorias provenientes ou destinadas a terceiros países que não sejam Partes Contratantes.

4. As disposições do parágrafo 1 do presente Artigo são aplicáveis inclusive se a operação de trânsito inclui trajetos por via aquática sem que se faça transbordo das mercadorias.

5. No presente Anexo, salvo disposições em contrário, a expressão "unidades de transportes" inclui igualmente os carregamentos excepcionais.

6. Para adoção dos regimes aduaneiros aplicar-se-á a legislação interna de cada Parte Contratante, respeitado o princípio da reciprocidade, podendo ser adotados pelas administrações aduaneiras procedimentos uniformes de controle bilateral.

C A P Í T U L O III
Suspensão de Gravames à Importação ou à Exportação

ARTIGO 3

As mercadorias transportadas em Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI), ao amparo do presente Anexo, gozarão da suspensão dos gravames de importação ou de exportação eventualmente exigíveis enquanto dura a operação TAI, sem prejuízo do pagamento de taxas pelos serviços efetivamente prestados.

C A P Í T U L O I V
Condições Aplicáveis às Empresas
e às Unidades de Transporte

ARTIGO 4

O despacho de Trânsito Aduaneiro Internacional (TAI) deverá ser instruído com cópia de permissão originária ou complementar, expedida pela autoridade competente em matéria de transporte das Partes Contratantes.

ARTIGO 5

Para realizar operações de transporte internacional por rodovia, as empresas transportadoras e seus veículos deverão estar registrados perante a autoridade aduaneira das Partes Contratantes no país a que pertence o veículo transportador.

ARTIGO 6

1. Nos termos do presente Anexo, as unidades de transporte passíveis de serem lacradas e utilizadas no transporte de mercadorias devem conter as seguintes características:

- a) possuir dispositivo onde possa ser aplicado lacre aduaneiro de forma simples e eficaz;
- b) inexistência de local que permita ocultação de mercadoria;
- c) espaço útil facilmente acessível para as inspeções aduaneiras;
- d) identificação mediante marcas e números gravados de forma indelével.

2. As Partes Contratantes, conforme as disposições do Artigo 30 do presente Anexo, estabelecerão, caso necessário, recomendações que estipulem as condições das unidades de transporte, para que a atuação das diferentes alfândegas que intervenham em uma operação TAI seja uniforme.

ARTIGO 7

Os veículos e seus equipamentos devem sair do país no qual ingressaram dentro dos prazos que bilateralmente se acordem, conservando as mesmas características e condições que possuíam ao ingressar, que serão controladas pelas autoridades aduaneiras.

ARTIGO 8

As alfândegas pelas quais se admitem temporariamente os veículos sob amparo do presente Acordo e seus Anexos procederão à verificação de seus equipamentos para sua correta identificação no momento do ingresso, saída ou reingresso, ocasião em que se observará o desgaste natural provocado pelo uso.

ARTIGO 9

1. As autoridades aduaneiras poderão autorizar a instalação de depósitos privativos alfandegados, a fim de armazenar peça de reposição e acessórios indispensáveis à manutenção das unidades de transporte e equipamentos das empresas estrangeiras habilitadas.

2. As peças de reposição e acessórios serão admitidos nos referidos depósitos com suspensão dos gravames de importação e exportação.

3. As peças de reposição e acessórios que tenham sido substituídos serão reexportados ao país de procedência, entregues à administração aduaneira ou destruídos, devendo assumir o transportador qualquer custo que do fato se origine.

C A P Í T U L O V
Lacres Aduaneiros

ARTIGO 10

1. Nos termos do presente Anexo, os lacres aduaneiros utilizados em uma operação de trânsito aduaneiro internacional devem obedecer às condições mínimas prescritas no Apêndice I do presente Anexo.

2. As Partes Contratantes deverão aceitar os lacres aduaneiros que correspondem às condições mínimas prescritas no parágrafo 1 do presente Artigo, na medida em que tenham sido apostos pelas autoridades aduaneiras de outro país. No entanto, cada Parte Contratante terá o direito de aplicar seus próprios lacres quando os utilizados não sejam considerados suficientes ou não ofereçam a segurança requerida.

3. Quando os lacres aduaneiros colocados no território de uma Parte Contratante forem aceitos pela outra, gozarão, no território desta, da mesma proteção jurídica que os lacres nacionais.

C A P Í T U L O VI
Declaração das Mercadorias e Responsabilidade

ARTIGO 11

Para se aplicar o regime de trânsito aduaneiro internacional estabelecido no presente Anexo, dever-se-á apresentar, para cada unidade de transporte, perante as Autoridades da Alfândega de partida, uma Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), conforme o modelo bilingüe português-espanhol que for aprovado pela Comissão do Artigo 19 do Acordo, nos termos do Artigo 30 do presente Anexo, devidamente preenchida e em número de exemplares suficientes para cumprir com todos os controles durante a operação TAI.

ARTIGO 12

1. As mercadorias objeto deste Acordo que ingressem ou saiam dos territórios das Partes Contratantes só poderão ser transportadas por veículos e equipamentos de transportes que, a juízo das autoridades aduaneiras, cumpram os requisitos de transporte internacional e garantia de segurança fiscal.

2. O transportador é responsável perante as autoridades aduaneiras pelo cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação do regime de Trânsito Aduaneiro Internacional e, em particular, fica obrigado a assegurar que as mercadorias cheguem intactas à alfândega de destino, de acordo com as condições estabelecidas no presente Anexo.

3. O declarante é o único responsável pelas infrações aduaneiras decorrentes da inexatidão de suas declarações.

C A P Í T U L O VII
Garantias sobre as Mercadorias e Veículos

ARTIGO 13

1. Os veículos das empresas autorizadas habilitadas a realizar transporte internacional de conformidade com o presente Acordo são, de pleno direito, a única garantia para responder pelos gravames e sanções pecuniárias eventualmente aplicáveis que possam atingir tanto as mercadorias transportadas como os veículos que se admitam temporariamente nos territórios dos países.

2. As empresas transportadoras podem substituir a garantia indicada neste Artigo por outra, bancária ou de seguros, para atendimento das autoridades aduaneiras conforme a legislação da Parte Contratante em que se faça a exigência.

C A P Í T U L O VIII
Formalidades a Serem Observadas nas Alfândegas de Partida

ARTIGO 14

1. Na alfândega de partida, a unidade de transporte com a carga deverá ser apresentada junto com a declaração DTA.

2. As autoridades da alfândega de partida verificarão:

- a) o correto preenchimento da Declaração DTA;
- b) se a unidade de transporte oferece a segurança necessária conforme condições estipuladas no Artigo 6;
- c) se as mercadorias transportadas correspondem, em sua natureza e quantidade, àquelas especificadas na declaração.

3. Uma vez realizadas as verificações, as autoridades da alfândega de partida colocarão seus lacres e referendarão a Declaração DTA.

4. Sempre que julgar conveniente, as autoridades da alfândega de partida procederão ao exame das mercadorias, preferentemente pelo sistema de amostragem.

5. A Declaração DTA será registrada e devolvida ao declarante que adotará as disposições necessárias para que, nas diferentes etapas da operação TAI, possa ser apresentada para fins do controle aduaneiro. As autoridades da alfândega de partida conservarão um exemplar da Declaração DTA.

6. No que concerne aos carregamentos excepcionais, será efetuado o seguinte procedimento:

- a) a autorização para realizar a operação TAI fica subordinada à possibilidade de identificar os carregamentos excepcionais. Desta forma, como meio de identificação, deverão ser utilizadas especialmente as marcas ou números de fabricação das mercadorias, ou a descrição que se faça das mesmas, bem como a colocação de marcas de identificação ou lacres aduaneiros, de forma tal que estes carregamentos não possam ser substituídos na sua totalidade ou em parte por outros e que nenhum dos seus componentes possa ser retirado sem que se torne evidente;
- b) se as autoridades aduaneiras exigirem a anexação de documentação adicional de identificação da carga, far-se-á menção da mesma na Declaração DTA.

C A P Í T U L O IX
Formalidades a Serem Observadas nas Alfândegas
de Passagem de Fronteira

ARTIGO 15

1. Em cada alfândega de passagem de fronteira, na saída do território de um país, o transportador deverá apresentar a unidade de transporte com a carga às autoridades aduaneiras, com os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias. As autoridades verificarão se a unidade foi objeto de manipulações não autorizadas, se os lacres aduaneiros ou marcas de identificação estão intactos e referendarão a Declaração DTA.

2. As autoridades da alfândega de passagem de fronteira de saída poderão conservar um exemplar da Declaração DTA para registro da operação e enviarão outro exemplar assinado para a alfândega de partida ou de passagem de fronteira de entrada do país, na forma de torna-guia, para que esta possa concluir definitivamente a operação TAI no território deste país.

ARTIGO 16

1. Em cada alfândega de passagem de fronteira na entrada do território de um país, o transportador deverá apresentar a unidade de transporte com a carga às autoridades aduaneiras com os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias.

2. As autoridades da alfândega de fronteira de entrada verificarão:

- a) o correto preenchimento da Declaração DTA;
- b) se a unidade de transporte oferece a segurança necessária e se os lacres aduaneiros estão intactos ou, em se tratando de um carregamento excepcional, deverá corresponder às prescrições do parágrafo 6 do Artigo 14 do presente Anexo.

3. Uma vez realizadas as comprovações de praxe, as autoridades da alfândega de fronteira referendarão a Declaração DTA e, se for o caso, aplicarão novos lacres, anotando na declaração DTA essa ocorrência.

4. As autoridades da alfândega do ponto de fronteira de entrada conservarão um exemplar da Declaração DTA para registro da operação.

ARTIGO 17

Quando, em uma alfândega de passagem da fronteira, ou durante o trajeto, as autoridades aduaneiras removerem um lacre aduaneiro para proceder à inspeção de uma unidade de transporte carregada, farão constar esta ocorrência na Declaração DTA que acompanha a unidade de transporte, bem como as observações decorrentes da inspeção e as características do novo lacre aduaneiro colocado.

C A P Í T U L O X
Formalidades a Serem Observadas
na Alfândega de Destino

ARTIGO 18

1. O transportador deverá apresentar às autoridades da alfândega de destino a unidade de transporte com a carga, os lacres intactos, assim como a Declaração DTA referente às mercadorias.

2. Na conclusão da operação de TAI, as autoridades da alfândega de destino procederão ao exame dos documentos, e à verificação da unidade de transporte com a carga, dos lacres e demais elementos de segurança e da integridade da carga.

3. Constatando o cumprimento das obrigações do transportador, as autoridades da alfândega de destino atestarão a chegada da mercadoria. Uma via da Declaração DTA assim processada será entregue ao interessado.

4. A alfândega de destino conservará um exemplar da Declaração DTA e exigirá a apresentação de uma via adicional dessa Declaração para ser encaminhada à alfândega do ponto de fronteira de entrada no país, na forma de torna-guia, para a conclusão definitiva da operação TAI.

C A P Í T U L O X I
Infrações Aduaneiras, Reclamações e Acidentes

ARTIGO 19

1. Se a Alfândega de um país suspeitar que uma infração aduaneira será cometida, adotará as medidas legais cabíveis previstas em seus próprios regulamentos. Em caso de retenção do veículo, a empresa autorizada poderá apresentar uma garantia que satisfaça às autoridades competentes, a fim de obter a liberação do veículo enquanto prosseguem os trâmites administrativos ou judiciais.

2. Sem prejuízo das ações administrativas e judiciais que venham a ser tomadas quando do cometimento das infrações aduaneiras de que trata este artigo, as alfândegas se reservam o direito de requerer ao Organismo Nacional Competente do seu país a suspensão da permissão originária ou complementar que haja concedido à empresa envolvida. Se uma empresa autorizada incorrer em infrações reiteradas, o Organismo Nacional Competente, a pedido de autoridade aduaneira, cancelará a permissão originária ou complementar, conforme o caso.

ARTIGO 20

Quando as autoridades aduaneiras de um país certificarem o fiel cumprimento da parte da operação TAI que tenha sido realizada em seu território, não poderão mais reclamar o pagamento dos gravames citados no Artigo 3 do presente Anexo, a menos que o certificado tenha sido obtido de maneira irregular ou fraudulenta, ou que tenha havido violação das disposições do presente Anexo.

ARTIGO 21

1. Se os lacres aduaneiros forem rompidos, destruídos, ou ocorrerem avarias durante uma operação TAI, o transportador comunicará imediatamente a ocorrência à alfândega mais próxima. As autoridades desta alfândega lavrarão um termo de comprovação do acidente e tomarão as providências necessárias para que a operação TAI possa prosseguir. Uma cópia do termo de comprovação deverá ser juntada à Declaração DTA.

2. Na impossibilidade da imediata comunicação à autoridade aduaneira, o transportador deverá dirigir-se à autoridade competente mais próxima, que lavrará um registro do acidente e o anexará à Declaração DTA. Este registro deverá ser apresentado juntamente com a unidade de transporte com a carga e a Declaração DTA na alfândega mais próxima, que tomará as medidas necessárias para que a operação TAI possa prosseguir.

3. Em caso de perigo iminente que torne necessária a descarga imediata de parte ou da totalidade da carga, o transportador poderá adotar, por iniciativa própria, as medidas consideradas oportunas.

C A P Í T U L O XII
Assistência Administrativa Mútua

ARTIGO 22

As autoridades aduaneiras de uma Parte Contratante que tenham iniciado investigações em caso de infração ou suspeita de infração às disposições do presente Anexo, solicitarão por escrito, às autoridades aduaneiras da outra Parte Contratante:

- a) informações referentes a declarações de trânsito aduaneiro internacional que tenham sido apresentadas ou aceitas em seu território e que se presumam falsas;
- b) informações que permitam comprovar a autenticidade de lacres que possam ter sido apostos em seu território.

ARTIGO 23

Quando as autoridades aduaneiras de uma Parte Contratante constatarem imprecisões em uma Declaração DTA ou qualquer outra irregularidade na operação de TAI nos termos do presente Anexo, as referidas autoridades informarão de ofício às autoridades aduaneiras da outra Parte.

C A P Í T U L O XIII
Disposições Gerais

ARTIGO 24

As Partes Contratantes poderão, em relação ao trecho da operação TAI que se desenvolva em seu território:

- a) fixar um prazo para que se complete a operação em seu território;
- b) exigir que as unidades de transporte sigam itinerários determinados.

ARTIGO 25

1. As alfândegas habilitadas para exercer as funções relativas ao controle na fronteira, do transporte internacional por rodovia para passageiros e carga, assim como das mercadorias transportadas sob o regime de Trânsito Aduaneiro Internacional, objeto deste Acordo, são: pela República Federativa do Brasil, a Inspetoria da Vila Pacaraima e, pela República da Venezuela, a Alfândega de Santa Elena de Uairén.

2. As Partes Contratante deverão:

- a) reduzir ao mínimo o tempo necessário para o cumprimento das formalidades nos postos aduaneiros fronteiriços e estabelecer um procedimento expedito para as mercadorias sujeitas à operação TAI;
- b) dar prioridade ao despacho das mercadorias perecíveis, animais vivos e outras mercadorias que requeiram imperativamente um transporte rápido, tais como as remessas urgentes ou de socorro por ocasião de catástrofes;
- c) facilitar, nos postos aduaneiros fronteiriços, a pedido do interessado, o cumprimento das formalidades aduaneiras fora dos dias e horários normalmente previstos.

3. As Partes Contratantes deverão harmonizar os horários de atendimento e as atribuições de todos os órgãos que atuam nos pontos de passagem de fronteira correspondentes.

ARTIGO 26

1. A atuação dos funcionários aduaneiros não acarretará outro pagamento pelo cumprimento das formalidades aduaneiras mencionadas no presente Anexo, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

2. As Partes Contratantes permitirão, a pedido de qualquer pessoa interessada, o funcionamento dos postos aduaneiros fronteiriços em dias, horas e locais fora daqueles estabelecidos normalmente. Em tal caso, o custo dos gastos realizados pelo atendimento excepcional poderá ser cobrado, inclusive a remuneração extraordinária dos funcionários.

ARTIGO 27

Para a passagem das unidades de transporte sem carga pelos postos aduaneiros fronteiriços, deverá ser apresentado um Manifesto Internacional de Carga (MIC).

ARTIGO 28

As disposições do presente Acordo não eximem do cumprimento das normas sanitárias e outras exigíveis em quaisquer das Partes Contratantes.

C A P Í T U L O XIV
Transporte Internacional de Passageiros

ARTIGO 29

Para facilitar o Transporte Internacional de passageiros por rodovia, as Partes Contratantes harmonizarão a documentação e os procedimentos aduaneiros.

C A P Í T U L O X V
Disposições Finais

ARTIGO 30

1. A pedido de uma das Partes Contratantes, convocar-se-ão reuniões da Comissão estabelecida pelo Artigo 19 do Acordo, com a participação de técnicos aduaneiros das mesmas, com o objetivo de examinar as disposições do presente Anexo e propor a aplicação de medidas que assegurem a uniformidade dos procedimentos adotados por cada alfândega.

2. Da mesma forma, a citada Comissão incentivará a utilização de transmissão eletrônica de dados visando ao intercâmbio de informações entre as alfândegas das Partes Contratantes e com outros usuários, a fim de lograr um melhor aproveitamento dos avanços tecnológicos nessa matéria, facilitar a aplicação dos procedimentos aduaneiros e estreitar a cooperação entre as alfândegas dos dois países.

APÊNDICE DO ANEXO IV

CONDIÇÕES MÍNIMAS A QUE DEVEM ATENDER OS DISPOSITIVOS
DE SEGURANÇA ADUANEIRA (LACRES E CINTAS)

Os dispositivos de segurança aduaneira deverão cumprir as seguintes condições mínimas:

1. Requisitos Gerais dos Dispositivos de Segurança Aduaneira devem ser:

- a) fortes e duráveis;
- b) de fácil aplicação;
- c) de fácil exame e identificação
- d) difíceis de serem retirados, rompidos ou de serem efetuadas manipulações irregulares que não deixem marcas;
- e) não reutilizáveis;
- f) de difícil cópia ou imitação.

2. Especificações Materiais do Lacre

- a) o tamanho e a forma do lacre deverão ser tais que as marcas de identificação sejam facilmente legíveis;
- b) a dimensão de cada lacre corresponderá à da cinta utilizada e deverá estar colocado de maneira que esta se ajuste firmemente quando o lacre esteja fechado;
- c) o material utilizado deverá ser suficientemente forte para prevenir rupturas acidentais, deteriorização rápida (devido a condições climáticas, agentes químicos etc.) ou manipulações irregulares que não deixem marcas; e
- d) o material utilizado será escolhido em função do tipo de lacração adotada.

3. Especificações das Cintas

As cintas deverão ser fortes e duráveis, resistentes ao tempo e à corrosão.

4. Marcas de Identificação

O lacre ou cinta, conforme for o caso, deve conter marcas que:

- a) indiquem que se tratam de dispositivos de segurança aduaneira, pela aplicação uniforme da palavra "aduana";
- b) identifiquem o país, de preferência por meio dos sinais que se utilizam para indicar o país de matrícula dos veículos autorizados ao tráfego internacional;
- c) permitam a identificação da alfândega que aplicou o dispositivo.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL POR CARRETERA DE PASAJEROS Y CARGA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Venezuela, en lo adelante denominadas "Las Partes Contratantes", atendiendo la conveniencia de contar con un instrumento legal que regule el Transporte Internacional por Carretera de Pasajeros y Carga entre los dos países y establezca los principios fundamentales y de reciprocidad, capaces de integrar y complementar sus legítimos intereses en este sector de actividades, acuerdan lo siguiente:

ARTICULO UNO

Los términos de este Acuerdo se aplicarán al Transporte Internacional por Carretera de Pasajeros y Carga entre las Partes Contratantes, tanto en transporte directo, como en tránsito a terceros países.

ARTICULO DOS

Para los efectos del presente Acuerdo se entiende por:

1. **Transporte por Carretera:** el transporte comercial efectuado por vehículos que utilicen carreteras como infraestructura vial.
2. **Transporte Internacional por Carretera:** el transporte por carretera que, en su trayecto, cruce por lo menos un punto en la frontera entre los dos países.
3. **Transporte Comercial:** el servicio público de transporte de pasajeros y carga realizado por un transportador autorizado, por cuenta de terceros y mediante retribución.
4. **Transporte de Pasajeros:** el servicio realizado para el traslado de personas, en forma regular, de acuerdo con los itinerarios, horarios y frecuencias aprobadas desde el lugar de origen al lugar de destino y entre ciudades de dos o más países.
5. **Carga:** toda mercancía que pueda ser objeto de transporte comercial.

6. Vehículo de Transporte de Pasajeros: artefacto con los elementos que constituyen el equipamiento normal para transporte, destinado a transportar pasajeros por carretera, mediante tracción propia.

7. Vehículo Automotor de Transporte de Carga: artefacto con los elementos que constituyen el equipamiento normal para transporte, destinado a transportar carga por carretera, mediante tracción propia o susceptible de ser remolcado.

8. Tripulación: personal empleado por el transportador y acreditado por éste, que acompaña el vehículo en su operación.

9. Empresa Transportadora: persona jurídica, legalmente constituida, inclusive cooperativas, autorizada en los términos del presente Acuerdo, para realizar transporte internacional por carretera.

10. Transportador Individual Autorizado: persona física que realiza transporte bajo la responsabilidad de una empresa transportadora habilitada, autorizada para operar en transporte internacional en los términos del presente Acuerdo.

11. Transporte de Carga Propia: transporte realizado por empresa cuya actividad comercial principal no sea el transporte de carga remunerado, efectuado con vehículos de su propiedad y que se aplica exclusivamente a carga que utilizan para su consumo o para la distribución de sus productos.

ARTICULO TRES

Queda autorizada la entrada y salida de vehículos de las Partes Contratantes que transporten pasajeros o carga a través de los pasos habilitados en la frontera, en base a reciprocidad, de conformidad con las leyes y reglamentos existentes en cada país y en las condiciones establecidas en este Acuerdo y sus Anexos.

ARTICULO CUATRO

Los transportadores autorizados de una de las Partes Contratantes, no podrán realizar transporte doméstico en el territorio de la otra Parte, bajo pena de revocatoria de la autorización de transporte internacional.

ARTICULO CINCO

Las disposiciones del presente Acuerdo, no implicarán, en ningún caso, restricciones a las facilidades sobre transporte fronterizo que se conceden actualmente o puedan concederse mutuamente las Partes Contratantes.

ARTICULO SEIS

Las autorizaciones a las cuales se refiere el Artículo Tercero sólo serán otorgadas a vehículos que transiten bajo la responsabilidad de empresas transportadoras habilitadas, que hayan obtenido autorizaciones, conforme a la legislación del país a cuya jurisdicción pertenezcan, así como a las normas de garantía para el ingreso, salida, tránsito y transporte de cada una de las Partes Contratantes.

ARTICULO SIETE

Salvo las disposiciones especiales de este Acuerdo y sus Anexos, los transportadores autorizados, el personal empleado, los vehículos, los equipos y los servicios que presten, estarán sujetos a las normas y reglamentos vigentes en el territorio de cada país, reconociendo cada una de las Partes Contratantes el derecho de la otra de impedir la prestación del servicio en su territorio, cuando no se cumplan las condiciones y requisitos establecidos en su legislación.

ARTICULO OCHO

Cada Parte Contratante aplicará en su territorio, a los transportadores, vehículos y tripulaciones de la otra Parte, las mismas disposiciones legales y reglamentarias que aplican a los de su propio país, para el transporte objeto de este Acuerdo.

ARTICULO NUEVE

Los vehículos deberán efectuar el paso de frontera únicamente a través de los puntos habilitados por las Partes Contratantes.

ARTICULO DIEZ

Las Partes Contratantes determinarán los puntos habilitados para el paso de frontera, las rutas, itinerarios y terminales, a ser utilizados dentro de su territorio, los cuales deberán ser aquellos que ofrezcan las mejores condiciones de operación, proporcionando los menores costos de transporte, siempre de conformidad con los principios establecidos en este Acuerdo.

ARTICULO ONCE

1. Las cargas transportadas serán sometidas en los pasos de frontera habilitados, al despacho aduanero correspondiente, de conformidad con la legislación vigente en cada Parte.

2. Las Partes Contratantes concederán facilidades en las aduanas de frontera, a los vehículos y contenedores que estén cerrados con sus precintos intactos. Si fuese necesario la aduana podrá colocar su propio precinto.

ARTICULO DOCE

1. Los vehículos y su equipamiento deben salir del país al cual ingresaron dentro de los plazos que hayan sido acordados, manteniendo las mismas características verificadas en el momento de su ingreso.

2. En caso de accidente debidamente comprobado, las autoridades aduaneras permitirán la salida del país de los vehículos que hayan sufrido daños irreparables, previa verificación y la autorización por parte de las autoridades de tránsito competentes, siempre que:

a) el propietario se someta al pago de los derechos y gravámenes de importación exigibles; ó

b) hayan sido abandonados por la tripulación y que el transportador o el interesado haya cumplido con todas las obligaciones legalmente contraídas en el país en el cual ocurrió el accidente.

ARTICULO TRECE

La tripulación de los vehículos deberá estar amparada por los documentos que le permitan el ejercicio de sus funciones, expedidos por las autoridades competentes del país al cual pertenecen y serán reconocidos por ambas Partes.

ARTICULO CATORCE

Cada Parte Contratante mantendrá a la otra informada sobre las dimensiones, pesos máximos y demás normas técnicas exigidas en su territorio para la circulación interna de vehículos.

ARTICULO QUINCE

Los transportadores estarán obligados a asegurar los riesgos del transporte, con relación a terceros y a la tripulación. Cada Parte Contratante adoptará medidas legislativas internas que permitan la emisión de pólizas de seguro con validez internacional. Los seguros con los cuales deben contar las empresas de una de las Partes, podrán ser contratados en el país en el cual se interne temporalmente el vehículo, o en el país de origen del mismo, obedeciendo el principio de reciprocidad. En este último caso, deberá responsabilizarse del seguro una entidad u organismo del país donde se interne.

ARTICULO DIECISEIS

Las Partes Contratantes podrán permitir la circulación de vehículos cuyas características o las de sus cargas sean especiales o diferentes a las establecidas en las respectivas legislaciones, previa tramitación de las correspondientes autorizaciones especiales ante las autoridades competentes.

ARTICULO DIECISIETE

Las disposiciones específicas u operacionales que regulan los diferentes aspectos comprendidos en el presente Acuerdo, serán objeto de normas contenidas en Anexos, referidos a aspectos organizacionales y operacionales, de seguros, migratorios y aduaneros, que forman parte de este Acuerdo y de cuyo cumplimiento serán responsables los organismos competentes de cada país.

ARTICULO DIECIOCHO

Las Partes Contratantes podrán concluir instrumentos complementarios a este Acuerdo sobre los diferentes aspectos en él considerados, especialmente en lo que se refiere a criterios de reciprocidad de las autorizaciones y en los demás aspectos técnicos y operacionales. Dichos instrumentos no podrán, en ningún caso, contrariar o contravenir las disposiciones de este Acuerdo.

ARTICULO DIECINUEVE

1. Las Partes Contratantes designan como Organismos Nacionales Competentes responsables del cumplimiento de este Acuerdo:

a) Por la República de Venezuela: el Ministerio de Transporte y Comunicaciones, por intermedio de la Dirección del Servicio Autónomo de Transporte y Tránsito Terrestre (SETRA).

b) Por la República Federativa del Brasil: el Ministerio de Transportes, por intermedio del Departamento de Transportes por Carretera de la Secretaría de Producción.

2. Las Partes Contratantes constituirán, por vía diplomática, una Comisión destinada a evaluar, periódicamente, la ejecución de este Acuerdo y a sugerir las enmiendas que se considere necesario incorporar a sus Anexos. La Comisión se reunirá una vez al año por convocatoria de algunas de las Partes, mediante notificación previa, formulada con sesenta (60) días de anticipación o extraordinariamente cuando fuese necesario.

ARTICULO VEINTE

Cada una de las Partes Contratantes notificará a la otra, la conclusión de los requisitos legales internos necesarios para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor en la fecha de la última notificación.

ARTICULO VEINTIUNO

Las controversias que puedan surgir entre las Partes Contratantes en virtud de la interpretación o ejecución de este Acuerdo, serán resueltas mediante negociaciones directas efectuadas por la vía diplomática.

ARTICULO VEINTIDOS

El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes, por vía diplomática, en cuyo caso cesará en sus efectos seis (6) meses después de la fecha de la respectiva notificación.

ARTICULO VEINTITRES

El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes Contratantes. Las modificaciones, una vez notificadas por vía diplomática, entrarán en vigor en la forma indicada en el Artículo Veinte.

Hecho en Caracas, a los cuatro días del mes julio de mil novecientos noventa y cinco, en dos ejemplares originales, en idiomas español y portugués, siendo ambos textos de igual autenticidad.

Por la República
de Venezuela



Miguel Angel Burelli Rivas
Ministro de Relaciones Exteriores

Por la República Federativa
del Brasil



Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado de las
Relaciones Exteriores

ANEXO I

ASPECTOS ORGANIZACIONALES Y OPERACIONALES

CAPITULO I

OTORGAMIENTO DE PERMISOS

ARTICULO UNO

Los Organismos de aplicación del Acuerdo, otorgarán permiso originario a las empresas transportadoras de su jurisdicción y permisos complementarios a las empresas transportadoras bajo la jurisdicción de la otra Parte Contratante.

ARTICULO DOS

Los permisos originarios serán otorgados conforme a los siguientes requisitos básicos:

- a) La empresa transportadora deberá estar constituida de acuerdo con la legislación del país de su jurisdicción,
- b) Más de la mitad de la propiedad y del control efectivo de la empresa transportadora debe estar en manos de nacionales del país de origen de la misma.

ARTICULO TRES

El permiso otorgado por una de las Partes Contratantes a una empresa transportadora de su jurisdicción, será considerado por la otra Parte Contratante como credencial de que la empresa transportadora reúne los requisitos de idoneidad y capacidad técnica, operacionales y financieros exigibles a quienes prestan servicios públicos.

ARTICULO CUATRO

Para el otorgamiento de permiso complementario, la empresa transportadora deberá presentar a la otra Parte Contratante, en un plazo de ciento veinte (120) días a partir de la fecha de expedición del permiso originario:

a) Certificado del permiso originario expedido por la autoridad competente del respectivo organismo de aplicación en los términos de los formularios I y II.

b) Poder contenido en Instrumento público, mediante el cual se designa al representante legal de la empresa transportadora, para representarla en todos los actos administrativos y judiciales en los cuales deba intervenir en la jurisdicción del otro país, elaborado de acuerdo con los términos indicados por los respectivos organismos de aplicación.

c) Póliza de Seguro de Responsabilidad Civil de los vehículos.

ARTICULO CINCO

Una vez que la empresa transportadora cumpla con los requisitos del Artículo Cuatro, obtendrá la autorización que le garantiza que podrá operar el transporte internacional por carretera, comprometiéndose ambas Partes Contratantes a evitar la adopción de cualquier medida restrictiva de carácter económico que pueda dificultar el libre acceso de las empresas transportadoras habilitadas para el transporte.

ARTICULO SEIS

Cualquier alteración en la constitución y representación de la empresa transportadora habilitada, así como en la relación e identificación de la flota habilitada, serán procesadas ante el organismo de aplicación del país de origen y comunicada a la otra Parte Contratante por medio de fax o télex.

ARTICULO SIETE

El otorgamiento y la cancelación de los permisos originario y complementario obedecerán a las condiciones y términos de validez establecidos mutuamente, tomando en cuenta los principios de uniformidad y simplificación de criterios.

CAPITULO II

TASAS, DERECHOS Y PLACAS DE IDENTIFICACION

ARTICULO OCHO

1. Cada Parte Contratante dispensará a las empresas transportadoras habilitadas de la otra Parte del pago de derechos y tasas relacionados con la circulación y registros de sus vehículos.
2. Lo mencionado en este Artículo no eximirá del cobro de tasas por servicios públicos específicos efectivamente prestados.
3. Los vehículos de las empresas mencionadas en este Artículo estarán provistos de placas identificadoras del país de origen, las cuales serán reconocidas como válidas por la otra Parte Contratante.

CAPITULO III

VEHICULOS E INSTALACIONES FIJAS

ARTICULO NUEVE

Los vehículos e instalaciones fijas (talleres mecánicos y almacenes de depósitos) habilitados por una de las Partes Contratantes serán reconocidos como aptos para la prestación de servicios por la otra Parte Contratante, siempre y cuando los vehículos, las dimensiones, los pesos máximos y demás requisitos técnicos se ajusten a las normas vigentes sobre la materia en la otra Parte Contratante, salvo lo dispuesto en el Artículo Dieciseis del Acuerdo.

INSPECCION MECANICA

ARTICULO DIEZ

Cada Parte Contratante reconoce a la otra el derecho de ejercer inspección mecánica en los vehículos habilitados, así como impedir la prestación de servicio de todo vehículo que no ofrezca las condiciones de seguridad exigidas por los respectivos reglamentos de tránsito y de transporte por carretera.

CAPITULO V

CONTROLES

ARTICULO ONCE

Cada una de las Partes Contratantes realizará el control integral de las operaciones de todas las empresas transportadoras habilitadas en su propio territorio, informando a la otra los resultados relacionados con las empresas transportadoras de su jurisdicción.

ARTICULO DOCE

Las empresas transportadoras habilitadas, cualquiera que sea su jurisdicción de origen estarán obligadas a presentar a cada uno de los organismos de aplicación previstos en el Artículo Diecinueve del Acuerdo, las informaciones contables y estadísticas conforme a las normas y directrices uniformes establecidas de mutuo acuerdo.

ARTICULO TRECE

Las Partes Contratantes acuerdan establecer documentos homologados para el transporte internacional por carretera (Formularios de los Permisos de Idoneidad Originario y Complementario y para la Descripción de los Vehículos).

ARTICULO CATORCE

1. Los documentos y formularios de carácter operacionales previstos en este Anexo serán redactados en los idiomas español y portugués y su validez no requiere legalización consular.
2. Para ese fin, los facsimiles de las firmas y los modelos de sellos y sellos secos de las autoridades y organismos competentes, serán recíprocamente suministrados mediante el intercambio de información específica.

CAPITULO VI

INFRACCIONES Y SANCIONES

ARTICULO QUINCE

Las infracciones a las disposiciones legales y reglamentos, cometidas por las empresas transportadoras habilitadas serán investigadas y sancionadas de acuerdo a la legislación de la Parte Contratante en cuyo territorio hayan ocurrido, independientemente de la jurisdicción de la empresa transportadora responsable.

DOCUMENTO DE DESCRIPCION DE VEHICULOS

FORMULARIO II

EMPRESA

Origen/Destino

Documento de Idoneidad (Certificado) No.

Clase Año Marca Modelo Chasis No. Ejes CMT CCL Tara Matricula

ANEXO II

ASPECTOS DE SEGUROS

ARTICULO UNO

La obligación de contratación de seguro para las empresas que realicen transporte internacional, prevista en este Acuerdo, se hace extensiva a los propietarios o conductores de los vehículos destinados al transporte de carga propia, pero limitándose a la responsabilidad civil por lesiones, muerte o daños a terceros no transportados.

ARTICULO DOS

Las autoridades de control de divisas de cada Parte Contratante autorizarán las transferencias de las primas de los seguros y de los pagos por concepto de indemnización por siniestros y gastos en cumplimiento de lo establecido en este Acuerdo.

ARTICULO TRES

1. Las Partes Contratantes se comprometen a intercambiar información referente a las normas vigentes o a las que sean dictadas en el futuro sobre la responsabilidad civil y los seguros a los cuales se refiere este Acuerdo, así como, a las disposiciones impositivas o de otro carácter que graven las primas cobradas por cuenta de los aseguradores que asumen la responsabilidad por los riesgos en el exterior, así como también, aquellos gravámenes con respecto a los cuales las mencionadas operaciones estarán exoneradas.
2. Con esta finalidad, las normas de aplicación tenderán a favorecer el desarrollo de la actividad de los seguros de transporte internacional y evitar la doble tributación.

ARTICULO CUATRO

Para la presentación a las autoridades de control, los aseguradores que asuman la cobertura, proveerán a sus representantes del otro país de formularios de certificado de cobertura con los siguientes datos: nombre y dirección del asegurador, numeración correlativa, nombre y dirección de la empresa transportadora, especificaciones y características del vehículo, periodo de cobertura, riesgos cubiertos, montos asegurados, lugar y fecha de emisión, nombre y dirección del representante y firma del mismo.

ARTICULO CINCO

1. Los valores mínimos de cobertura establecidos por este Acuerdo son los siguientes:

- a) Para daños a terceros no transportados:
 - a.1 Muerte y daños personales US\$ 20.000 por persona.
 - a.2 Daños materiales US\$ 15.000 por bien
Límite por siniestro o catástrofe US\$ 120.000

- b) Para daños a pasajeros:
 - b.1 Muerte y/o daños personales US\$ 20.000 por persona.
 - b.2 Daños materiales US\$ 500 por pasajero.
Límite por siniestro o catástrofe US\$ 200.000 por
muerte y/o daños personales y US\$ 10.000 por daños
materiales.

2. Podrán ser libremente convenidos entre asegurados y aseguradoras valores de cobertura superiores a los mínimos previstos en este Acuerdo.

ARTICULO SEIS

Serán válidos los seguros de responsabilidad civil cubiertos por las empresas aseguradoras del país de origen, siempre y cuando tengan contratos con empresas aseguradoras del otro país, para la cancelación y pago de los siniestros, conforme a las leyes de cada país.

ARTICULO SIETE

1. Con la finalidad de instrumentar los Artículos que anteceden, se promoverán acuerdos entre las entidades aseguradoras o reaseguradoras, con la debida supervisión de las autoridades de seguros, de transporte y control de divisas de cada Parte Contratante.

2. Las autoridades de seguro de cada Parte Contratante convienen en establecer cláusulas uniformes para las pólizas de seguro previstos en este Acuerdo.

ANEXO III

**ASPECTOS MIGRATORIOS DE LAS
EMPRESAS TRANSPORTADORAS Y DE LA TRIPULACION**

ARTICULO UNO

Cada Parte Contratante permitirá la entrada y salida de su territorio, a la tripulación de los vehículos en operación habilitados para el transporte terrestre internacional de pasajeros o carga, exigiendo para tal fin tan solo la presentación de la Libreta o Tarjeta de tripulante terrestre expedida por las autoridades de Migración de su País.

ARTICULO DOS

Las autoridades de Migración de las Partes Contratantes autorizarán el ingreso y permanencia de la tripulación terrestre en su territorio por el plazo de treinta (30) días.

ARTICULO TRES

En caso de fuerza mayor, debidamente comprobada o de imposibilidad de finalizar determinada operación de transporte, las Partes Contratantes podrán conceder a la tripulación terrestre, una prórroga de permanencia hasta por treinta (30) días.

ARTICULO CUATRO

Las empresas transportadoras o sus representantes legales serán responsables por todos los gastos derivados de la salida del país, de su tripulación terrestre, en caso de incumplimiento de las normas legales pertinentes del país correspondiente.

ARTICULO CINCO

Las empresas transportadoras autorizadas, de conformidad con el presente Acuerdo y su tripulación terrestre, estarán sujetas a las disposiciones legales vigentes sobre inmigración, en el territorio de las Partes Contratantes.

ANEXO IV

ASUNTOS ADUANEROS

CAPITULO I

DEFINICIONES

ARTICULO UNO

Para los fines del presente Anexo, se entiende por:

1. **Admisión temporal:** régimen aduanero especial que permite recibir en un territorio aduanero, con suspensión del pago de gravámenes de importación, ciertas mercancías ingresadas con un fin determinado y destinadas a ser reexportadas, sin haber sufrido modificaciones, dentro de un plazo establecido, salvo la depreciación normal como consecuencia del uso que se haga de ellas;
2. **Tránsito aduanero internacional:** régimen aduanero especial bajo el cual las mercancías sujetas a control aduanero son transportadas de un recinto aduanero a otro en una misma operación en el curso de la cual se cruza una o varias fronteras;
3. **Operación de Tránsito Aduanero Internacional (TAI):** el transporte de mercancías desde la jurisdicción de una aduana de partida hasta la jurisdicción de una aduana de destino localizada en otro país bajo el régimen establecido en el presente Anexo;
4. **Aduana de partida:** la aduana de una de las Partes Contratantes bajo cuya jurisdicción comienza una operación TAI;
5. **Aduana de paso de frontera:** la aduana de una de las Partes Contratantes por la cual ingresa o sale del país una unidad de transporte en el curso de una operación TAI;
6. **Aduana de destino:** la aduana de una de las Partes Contratantes bajo cuya jurisdicción se concluye una operación TAI;

7. Carga excepcional: uno o varios objetos pesados o voluminosos que por razón de su peso, sus dimensiones o su naturaleza no puedan ser transportados en unidades de transporte cerradas, bajo reserva de que puedan ser fácilmente identificados. En este concepto, también, se incluyen los vehículos nuevos que se transportan por sus propios medios;

8. Contenedor: elemento de equipo de transporte (baúl portátil, tanque móvil o análogo con sus accesorios, incluidos los equipos de refrigeración, lonas etc.) que cumpla las siguientes condiciones:

a) constituya un compartimiento cerrado, total o parcialmente, destinado a contener mercancías;

b) tenga carácter permanente, por tanto, sea suficientemente resistente para soportar uso repetido;

c) haya sido especialmente diseñado para facilitar el transporte de mercancía, por uno o mas medios de transporte, sin manipulación intermediaria de la carga;

d) que esté construido de manera tal que permita su fácil y segura movilización, en particular al momento de ser transbordado de un medio de transporte a otro;

e) que haya sido concebido de tal manera que resulte fácil su carga y descarga;

f) que el interior sea fácilmente accesible a la inspección aduanera sin la existencia de lugares donde puedan ocultarse mercancías;

g) que esté dotado de lugares que permitan instalar precintos, cinta u otros dispositivos de seguridad aduanera, de forma de garantizar su inviolabilidad durante su transporte o almacenamiento;

h) que sea identificado por medio de marcas y números grabados de forma indeleble, pintados de manera que sean fácilmente visibles;

i) que tenga un volumen interior de un metro cúbico por lo menos.

9. Control aduanero: conjunto de procedimientos a ser adoptados con el propósito de asegurar el cumplimiento de las leyes y reglamentos aduaneros;

10. Declaración de tránsito aduanero internacional (DTA): el documento mediante el cual el declarante solicita a la aduana de partida una operación de TAI;

11. Declarante: la persona que de acuerdo con la legislación vigente en cada Parte Contratante, solicita el inicio de una operación aduanera internacional, en los términos de este Anexo, presentando una Declaración DTA ante la aduana de partida y responde frente a las autoridades competentes por la exactitud de su declaración;

12. Depósito para provisiones de a bordo-DAF: local privado bajo vigilancia aduanera, destinado al almacenamiento de materiales de mantenimiento y reparación de vehículos bajo responsabilidad de los transportadores, con suspensión de gravámenes aduaneros, siendo autorizada su instalación por la Partes Contratante en su territorio, previo cumplimiento de las disposiciones legales vigentes;

13. Garantía: obligación que se contrae, en favor de la aduana, con el objeto de asegurar el pago de los gravámenes o el cumplimiento de otras obligaciones contraídas frente a ellas;

14. Gravámenes de importación o exportación: derechos aduaneros y cualquier otra obligación de efecto equivalente, sea de carácter fiscal, monetario, cambiario o de otra naturaleza que incidan sobre las importaciones y exportaciones. No se incluye en este concepto, las tasas y obligaciones análogas cuando correspondan al costo de los servicios prestados;

15. Recinto Aduanero: local habilitado por la aduana destinado a realizar operaciones aduaneras;

16. Transbordo: transferencia de mercancías para otra unidad de transporte efectuado bajo control aduanero de una misma aduana;

17. Transportador: la persona autorizada a realizar el transporte internacional terrestre en los términos del presente Acuerdo y que asume la responsabilidad ante las autoridades competentes por la correcta ejecución de la operación TAI;

18. Unidades de transporte:

- a) Los contenedores;
- b) Los vehículos por carretera incluidos los remolques y semi-remolques

CAPITULO II

CAMPO DE APLICACION

ARTICULO DOS

1. El presente Anexo es aplicable al transporte de mercancías en unidades de transporte, entre los territorios de las Partes Contratantes, con la condición de que la operación de transporte incluya el cruce de una frontera entre la aduana de partida y la aduana de destino.
2. Las Partes Contratantes permitirán en sus territorios, las operaciones de Transporte Internacional por carretera de pasajeros y de mercancías, bajo el régimen de Tránsito Aduanero Internacional y Admisión Temporal de vehículos, equipos de transporte adicionales y accesorios necesarios para la operación de transporte internacional, conforme a la normas existentes en cada una de las Partes Contratantes y a los principios establecidos en este Acuerdo.
3. Las disposiciones del presente Anexo son aplicables también al transporte de mercancías provenientes o destinadas a terceros países que no sean Partes Contratantes.
4. Las disposiciones del párrafo 1 del presente Artículo son aplicables inclusive a las operaciones de tránsito incluyendo trayectos por vía acuática sin que se haga transbordo de las mercancías.
5. En el presente Anexo salvo disposición en contrario, la expresión "unidades de transporte" incluye igualmente las cargas excepcionales;

CAPITULO III

SUSPENSION DE GRAVAMENES A LA IMPORTACION O A LA EXPORTACION

ARTICULO TRES

Las mercancías transportadas en Tránsito Aduanero Internacional (TAI), al amparo del presente Anexo, gozarán de la suspensión de los gravámenes de importación o de exportación eventualmente exigibles mientras dure la operación TAI, sin perjuicio del pago de las tasas por los servicios efectivamente prestados.

CAPITULO IV

CONDICIONES APLICABLES A LA EMPRESAS Y A LAS UNIDADES DE TRANSPORTE

ARTICULO CUATRO

El despacho de Tránsito Aduanero Internacional-TAI deberá ser elaborado con copia del permiso originario o complementario expedido por las autoridades competentes en materia de transporte de las Partes Contratantes.

ARTICULO CINCO

Para realizar operaciones de transporte internacional por carretera, las empresas transportadoras y sus vehículos deberán estar registrados ante la autoridad aduanera de las Partes Contratantes en el país al cual pertenece el vehículo transportador.

ARTICULO SEIS

1. En los términos del presente Anexo, las unidades de transporte sujetas a ser selladas y utilizadas en el transporte de mercancías deben tener las siguientes características:

- a) Poseer un dispositivo donde pueda ser aplicado el precinto aduanero en forma simple y eficaz.
- b) Inexistencia de lugares que permitan ocultar mercancía.
- c) Espacio útil fácilmente accesible para las inspecciones aduaneras;
- d) Identificación mediante marcas y números grabados de forma indeleble;

2. Las Partes Contratantes, conforme a las disposiciones del Artículo Treinta del presente Anexo, establecerán en caso necesario, recomendaciones que estipulen las condiciones de las unidades de transporte, para que la actuación de las diferentes aduanas que intervengan en una operación TAI sea uniforme.

ARTICULO SIETE

Los vehículos y sus equipos deben salir del país al cual ingresaron dentro de los plazos que sean acordados bilateralmente, conservando las mismas características y condiciones que poseían al ingresar, lo que será controlado por las autoridades aduaneras.

ARTICULO OCHO

Las aduanas por las cuales se admitan temporalmente los vehículos amparados por el presente Acuerdo y sus Anexos, procederán a verificar sus equipos para su correcta identificación al momento del ingreso, salida o reingreso, ocasión en que se observará el desgaste natural provocado por el uso.

ARTICULO NUEVE

1. Las autoridades aduaneras podrán autorizar la instalación de depósitos aduaneros privados, a fin de almacenar piezas de repuestos y accesorios indispensables para el mantenimiento de las unidades de transporte y equipos de las empresas extranjeras habilitadas.
2. Las piezas de repuestos y accesorios serán admitidas en los referidos depósitos con la suspensión de los gravámenes de exportación e importación.
3. Las piezas de repuestos y accesorios que hayan sido sustituidas, serán reexportadas al país de procedencia, entregadas a la administración aduanera o destruidas, debiendo asumir el transportador cualquier costo que se origine del hecho.

CAPITULO V

PRECINTOS ADUANEROS

ARTICULO DIEZ

1. En los términos del presente Anexo, los precintos aduaneros utilizados en una operación de tránsito aduanero internacional deben obedecer a las condiciones mínimas prescritas en el Apéndice I del presente Anexo.
2. Las Partes Contratantes deberán aceptar los precintos aduaneros que correspondan a las condiciones mínimas prescritas en el párrafo 1 del presente Artículo, en la medida que hayan sido colocados por las autoridades aduaneras del otro país. Sin embargo, cada Parte Contratante tendrá derecho a aplicar sus propios precintos cuando los utilizados no sea considerados suficiente o no ofrezcan la seguridad requerida.
3. Cuando los precintos aduaneros colocados en el territorio de una de las Partes Contratantes fueren aceptado por la otra, gozarán en el territorio de esta de la misma protección jurídica que los precintos nacionales.

CAPITULO VI

DECLARACION DE LAS MERCANCIAS Y RESPONSABILIDADES

ARTICULO ONCE

Para ser aplicado el régimen de tránsito aduanero internacional establecido en el presente Anexo, se deberá presentar, para cada unidad de transporte, ante las Autoridades de Aduana de partida una Declaración de Tránsito Internacional (DTA), conforme al modelo bilingüe español- portugués, que fue aprobado por la Comisión del Artículo Diecinueve del Acuerdo, en los términos del Artículo Treinta del presente Anexo, debidamente completada y en número de copias suficientes para cumplir con todos los controles durante la operación TAI.

ARTICULO DOCE

1. Las mercancías objeto de este Acuerdo que ingresen o salgan de los territorios de las Partes Contratantes sólo podrán ser transportadas por vehículos o equipos de transporte que a juicio de las autoridades aduaneras cumplan con los requisitos de Transporte Internacional y garanticen la seguridad fiscal.
2. El transportador es responsable ante las autoridades aduaneras por el cumplimiento de las obligaciones derivadas de la aplicación del régimen del tránsito aduanero internacional, en particular aquellas destinadas a asegurar que las mercancías lleguen intactas a las aduanas de destino, de acuerdo con las condiciones establecidas en el presente Anexo.
3. El declarante es el único responsable por las infracciones aduaneras derivadas de la inexactitud de sus declaraciones.

CAPITULO VII

GARANTIAS SOBRE LAS MERCANCIAS Y VEHICULOS

ARTICULO TRECE

1. Los vehículos de las empresas autorizadas, habilitadas para realizar transporte internacional según el presente Acuerdo, son de pleno derecho, la única garantía para responder por los gravámenes y sanciones pecuniarias eventualmente aplicables que puedan alcanzar tanto a las mercancías transportadas como a los vehículos que se admitan temporalmente en los territorios de los dos países.
2. Las empresas transportadoras podrán sustituir la garantía indicada en este artículo por otra, bancaria o de seguro, a solicitud de las autoridades aduaneras conforme a la legislación de la Parte Contratante en la que se exija.

CAPITULO VIII

**FORMALIDADES A SER OBSERVADAS EN
LAS ADUANAS DE PARTIDA**

ARTICULO CATORCE

1. En la aduana de partida las unidades de transporte con la carga deberán ser presentadas junto a la Declaración DTA.
2. Las autoridades de aduana de partida verificarán:
 - a) La correcta elaboración de la Declaración DTA;

b) Si la unidad de transporte ofrece la seguridad necesaria conforme a las condiciones estipuladas en el Artículo Seis.

c) Si las mercancías transportadas corresponden en su naturaleza y cantidad a las especificadas en la Declaración;

3. Una vez realizadas las verificaciones, las autoridades de aduana de partida colocarán sus precintos y conformarán la Declaración DTA.

4. Siempre que se juzgue conveniente, las autoridades de aduana de partida procederán al examen de las mercancías preferiblemente por el sistema de muestreo.

5. La Declaración DTA se registrará y se devolverá al declarante quien adoptará las disposiciones necesarias para que en las diferentes etapas de la operación TAI, pueda ser presentada a los fines del control aduanero. Las autoridades de aduana de partida conservarán un ejemplar de la Declaración DTA.

6. En lo que concierne a las cargas excepcionales, será efectuado el siguiente procedimiento:

a) La autorización para realizar la operación TAI estará subordinada a la posibilidad de identificar las cargas excepcionales. De esta forma, como medio de identificación, deberán ser utilizados especialmente las marcas o números de fabricación de las mercancías o la descripción que se haga de las mismas, así como la colocación de marcas de identificación o precintos aduaneros, de forma tal que estos cargamentos no puedan ser sustituidos en su totalidad o en parte por otros y ninguno de sus componentes puedan ser retirados, sin que se torne evidente;

b) Si las autoridades aduaneras exigiesen agregar documentación adicional de identificación a la carga, se hará mención de la misma en la Declaración DTA.

CAPITULO IX

FORMALIDADES A SER OBSERVADAS EN LAS ADUANAS DE PASO DE FRONTERA

ARTICULO QUINCE

1. En cada aduana de paso de frontera a la salida del territorio de un país, el transportador deberá presentar la unidad de transporte con la carga a las autoridades aduaneras, con los precintos intactos, así como la Declaración DTA, referente a las mercancías. Las autoridades verificarán si la unidad fue objeto de, manipulación no autorizada, si los precintos aduaneros o marcas de identificación están intactas y conformarán la Declaración DTA.
2. Las autoridades de la aduana de paso de frontera de salida podrán conservar un ejemplar de la Declaración DTA para registro de la operación y enviarán otro ejemplar firmado a la aduana de partida o de paso de frontera de entrada al país en la forma de torna-guía, para que esta pueda concluir definitivamente la operación TAI en el territorio de este país.

ARTICULO DIECISEIS

1. En cada aduana de paso de frontera en la entrada del territorio de un país, el transportador deberá presentar la unidad de transporte con la carga a las autoridades aduaneras, con los precintos intactos, así como la Declaración DTA referente a las mercancías.
2. Las autoridades de la aduana de frontera de entrada verificarán:
 - a) La correcta elaboración de la Declaración DTA;
 - b) Si la unidad de transporte ofrece la seguridad necesaria y si los precintos aduaneros están intactos o si se trata de una carga excepcional, deberá corresponder a lo prescrito en el párrafo 6 del Artículo Catorce del presente Anexo.

3. Una vez realizadas las comprobaciones de rutina, la autoridad de la aduana de frontera conformará la Declaración DTA y, si fuere el caso, aplicarán nuevos precintos, anotando en la Declaración DTA este hecho.

4. Las autoridades de la aduana de paso de frontera de entrada conservará un ejemplar de la Declaración DTA para registro de la operación.

ARTICULO DIECISIETE

Cuando, en una aduana de paso de frontera, o durante el trayecto, las autoridades aduaneras remuevan un precinto aduanero para proceder a la inspección de una unidad de transporte cargada, harán constar este hecho en la Declaración DTA que acompaña a la unidad de transporte, así como las observaciones derivadas de la inspección y las características del nuevo precinto aduanero colocado.

CAPITULO X

FORMALIDADES A SER OBSERVADAS EN LA ADUANA DE DESTINO

ARTICULO DIECIOCHO

1. El transportador deberá presentar, a las autoridades de la aduana de destino la unidad de transporte con la carga, los precintos intactos, así como la Declaración DTA referente a las mercancías.

2. En la conclusión de la operación de TAI, las autoridades de la aduana de destino procederán al examen de los documentos, la verificación de la unidad de transporte con la carga, de los precintos y demás elementos de seguridad y de integridad de la carga.

3. Verificado el cumplimiento de las obligaciones del transportador las autoridades de la aduana de destino certificarán la llegada de la mercancía. Una copia de la Declaración DTA así procesada será entregada al interesado.

4. La aduana de destino conservará un ejemplar de la Declaración DTA y exigirá la presentación de una copia adicional de esa Declaración para ser destinada a la aduana de paso de frontera de entrada al país, en forma de torna guía para la conclusión definitiva de la operación TAI.

CAPITULO XI

INFRACCIONES ADUANERAS, RECLAMACIONES Y ACCIDENTES

ARTICULO DIECINUEVE

1. Si la aduana de un país sospechare que una infracción aduanera fuese a ser cometida, adoptará las medidas legales apropiadas previstas en sus propios reglamentos. En caso de retención del vehículo, la empresa autorizada podrá presentar una garantía que satisfaga a las autoridades competentes, a fin de obtener la liberación del vehículo mientras se prosiguen los trámites administrativos o judiciales.

2. Sin perjuicio de las acciones administrativas y judiciales que deban ser adoptadas cuando ocurran las infracciones aduaneras de que trata este Artículo, las aduanas se reservan el derecho de requerir al Organismo Nacional Competente de su país, la suspensión del permiso originario complementario que haya concedido a la empresa involucrada. Si una empresa autorizada incurre en infracciones reiteradas, el Organismo Nacional Competente, a pedido de la autoridad aduanera, cancelará el permiso originario o complementario, según sea el caso.

ARTICULO VEINTE

Cuando las autoridades aduaneras de un país certificaren el fiel cumplimiento de parte de la operación TAI que haya sido realizada en su territorio, no podrá reclamar el pago de los gravámenes citados en el Artículo Tres del presente Anexo, a menos que la certificación haya sido obtenida de manera irregular o fraudulenta, o que haya habido violación de las disposiciones del presente Anexo.

ARTICULO VEINTIUNO

1. Si los precintos aduaneros fuesen rotos, destruidos o presentaren averías durante una operación TAI, el transportador comunicará, inmediatamente la circunstancia a la aduana mas próxima. Las autoridades de esta aduana realizarán los trámites a fin de comprobar el accidente y tomarán las providencias necesarias para que la operación TAI pueda proseguir. Una copia del trámite de comprobación deberá ser anexada a la Declaración DTA.
2. En la imposibilidad de comunicarse inmediatamente con la autoridad aduanera, el transportador deberá dirigirse a la autoridad competente mas próxima, que efectuará un registro del accidente y lo anejará a la Declaración DTA. Este registro deberá ser presentado conjuntamente con la unidad de transporte, con la carga y la Declaración DTA a la aduana mas próxima, que tomará las medidas necesarias para que la operación TAI pueda proseguir
3. En caso de peligro inminente que haga necesaria la descarga inmediata de parte o de la totalidad de la carga, el transportador podrá adoptar, por iniciativa propia las medidas que se consideren oportunas.

CAPITULO XII

ASISTENCIA ADMINISTRATIVA MUTUA

ARTICULO VEINTIDOS

Las autoridades aduaneras de una de las Partes Contratantes que hayan iniciado investigaciones en caso de infracción o sospecha de infracción a las disposiciones del presente Anexo, solicitarán por escrito, a las autoridades aduaneras de la otra:

- a) informaciones referente a las declaraciones de tránsito aduanero internacional que hayan sido presentadas o aceptadas en su territorio y que se presuman falsas.
- b) informaciones que permitan comprobar la autenticidad de los precintos que puedan haber sido colocados en su territorio.

ARTICULO VEINTITRES

Cuando las autoridades aduaneras de una de las Partes Contratantes constataren imprecisiones en una Declaración DTA o cualquier otra irregularidad en la operación TAI en los términos del presente Anexo, las referidas autoridades informarán de oficio a las autoridades aduaneras de la otra Parte.

CAPITULO XIII

DISPOSICIONES GENERALES

ARTICULO VEINTICUATRO

Las Partes Contratantes podrán en el trayecto de la operación TAI que se desarrolle en su territorio:

- a) fijar un plazo para que se complete la operación en su territorio.
- b) exigir que las unidades de transporte sigan itinerarios determinados.

ARTICULO VEINTICINCO

1. Las aduanas habilitadas para ejercer las funciones relacionadas con los controles en las fronteras del transporte internacional por carretera para pasajeros y carga así como de las mercancías transportadas bajo el régimen de Tránsito Aduanero Internacional, objeto de este acuerdo, son: por la República Federativa del Brasil la Inspectoría de Villa Pacaraima y por la República de Venezuela la Aduana de Santa Elena de Uairén.

2. Los Partes Contratantes deberán:

- a) reducir al mínimo el tiempo necesario para el cumplimiento de las formalidades en los pasos aduaneros fronterizos y establecer un procedimiento expedito para las mercancías sujetas a la operación TAI;
- b) dar prioridad al despacho de las mercancías perecederas, animales vivos y otras mercancías que requieran imperativamente un transporte rápido tales como las remesas urgente o de auxilio en caso de catástrofes;

c) facilitar, en los pasos aduaneros fronterizos, a pedido del interesado el cumplimiento de formalidades aduaneras fuera de los días y horarios normalmente establecidos.

3. Las Partes Contratantes deberán armonizar los horarios de atención y las actuaciones de todos los organismos que participan en los pasos de frontera correspondientes.

ARTICULO VEINTISEIS

1. La actuación de los funcionarios aduaneros no acarreará otro pago por el cumplimiento de las formalidades aduaneras mencionadas en el presente Anexo, salvo lo dispuesto en el parágrafo siguiente.

2. Las Partes Contratantes permitirán, a solicitud de cualquier persona interesada, el funcionamiento de pasos aduaneros fronterizos en días, horas y locales fuera de los establecidos normalmente. En tal caso, el monto de los gastos realizados por la atención especial podrán ser cobrados, inclusive la remuneración extraordinaria de los funcionarios.

ARTICULO VEINTISIETE

Para el cruce de las unidades de transporte sin carga por los pasos aduaneros fronterizos, deberá ser presentado un Manifiesto Internacional de Carga (MIC).

ARTICULO VEINTIOCHO

Las disposiciones del presente Acuerdo no eximen del cumplimiento de las normas sanitarias y otras exigibles por cualquiera de las Partes Contratantes.

CAPITULO XIV

TRANSPORTE INTERNACIONAL DE PASAJEROS

ARTICULO VEINTINUEVE

Para facilitar el Transporte Internacional de pasajeros por carretera las Partes Contratantes armonizarán la documentación y los procedimientos aduaneros.

CAPITULO XV

DISPOSICIONES FINALES

ARTICULO TREINTA

1. A solicitud de una de las Partes Contratantes, se convocarán reuniones de la Comisión establecida en el Artículo Diecinueve del Acuerdo con la participación de técnicos aduaneros de las mismas con el objeto de examinar las disposiciones del presente Anexo y proponer la aplicación de medidas que aseguren la uniformidad de los procedimientos adoptados por cada aduana.
2. De la misma forma, la citada Comisión incentivará la utilización de la transmisión electrónica de datos con miras a fomentar el intercambio de información entre las aduanas de las Partes Contratantes y con otros usuarios, a fin de lograr un mejor aprovechamiento de los avances tecnológicos en esta materia, facilitar la aplicación de los procedimientos aduaneros y estrechar la cooperación entre las aduanas de los dos países.

APENDICE I

**CONDICIONES MINIMAS QUE DEBEN TENER LOS DISPOSITIVOS DE
SEGURIDAD ADUANERA (PRECINTOS Y CINTAS)**

Los dispositivos de seguridad aduanera deberán cumplir con las siguientes condiciones mínimas:

I. Requisitos generales de los dispositivos de seguridad aduanera deben ser:

- a) fuertes y duraderos;
- b) de fácil aplicación;
- c) de fácil examen e identificación;
- d) difíciles de ser retirados, rotos o factibles de manipulaciones irregulares que no dejen marca;
- e) no reutilizables;
- f) de difícil copia o imitación;

2. Especificaciones materiales del precinto

a) el tamaño y la forma del precinto deberán ser tales que las marcas de identificación sean fácilmente legibles;

b) la dimensión de cada precinto corresponderá a la de la cinta utilizada y deberá estar colocado de manera que ésta se ajuste firmemente cuando el precinto esté cerrado;

c) el material utilizado deberá ser suficientemente fuerte para prevenir rupturas accidentales, deterioro rápido (debido a condiciones climáticas, agentes químicos etc.) o manipulaciones irregulares que no dejen marcas; y

d) el material utilizado será escogido en función del tipo de precinto adoptado.

3. Especificaciones de la cinta

Las cintas deberán ser fuertes y duraderas, resistentes al tiempo y a la corrosión;

4. Marcas de identificación

El precinto o la cinta, conforme al caso, deben contener marcas que:

a) indiquen que se trata de dispositivo de seguridad aduanera, por la aplicación uniforme de la palabra "aduana";

b) identifiquen al país, preferentemente por medio de las siglas que se utilicen para indicar el país de matrícula de los vehículos autorizados al tráfico internacional;

c) permitan la identificación de la aduana que aplica el dispositivo.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON THE INTERNATIONAL TRANSPORT OF PASSENGERS AND
GOODS BY ROAD BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE RE-
PUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF VENE-
ZUELA

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Republic of Venezuela (hereinafter referred to as the "Con-
tracting Parties")

Considering the need to have a legal instrument that regulates the transport of passen-
gers and goods by road between the two countries and establishes the fundamental princi-
ples of reciprocity capable of integrating and supplementing their legitimate interests in this
sector of activities:

Have agreed as follows:

Article 1

The terms of this Agreement shall apply to the international transport of passengers
and goods by road between the Contracting Parties both directly and in transit to third coun-
tries.

Article 2

For the purposes of this Agreement:

- (1) "Transport by road" shall mean commercial transport by vehicles that use roads as transit infrastructure;
- (2) "International transport by road" shall mean transport by road that, in the course of the journey, crosses at least one point of the border between the two countries;
- (3) "Commercial transport" shall mean paid public transport service for passengers and goods provided by an authorized carrier, for a third party;
- (4) "Passenger transport" shall mean the service provided for the regular transfer of persons from the place of origin to the place of destination and between cities in two or more countries, in accordance with approved routes, timetables and frequencies;
- (5) "Goods" shall mean any merchandise that may be subject to commercial transport;
- (6) "Passenger transport vehicle" shall mean a machine with the elements that constitute normal transportation equipment, intended to transport passengers by road, under its own traction;
- (7) "Automotive vehicle for the transport of goods" shall mean a machine with the elements that constitute normal transportation equipment, intended to transport goods by road under its own traction or able to be towed;

(8) "Crew" shall mean personnel employed by the carrier and approved by the latter, who accompany the vehicle while it is in operation;

(9) "Transport company" shall mean the legally constituted, juridical person, including cooperatives, authorized to engage in international transport by road in accordance with this Agreement;

(10) "Authorized individual carrier" shall mean the natural person who provides transport under the responsibility of a transport company authorized under this Agreement to engage in international transport;

(11) "Transport of own goods" shall mean transport provided by companies whose principal commercial activity is not the paid transport of goods, carried out with personal vehicles and applying solely to goods which they use for their own consumption or for the distribution of their products.

Article 3

The entry and departure of vehicles of the Contracting Parties which transport passengers or goods through approved border crossings shall be authorized, on a reciprocal basis, in accordance with the existing laws and regulations of each country and under the conditions established in this Agreement and the annexes thereto.

Article 4

The authorized carriers of either Contracting Party shall not engage in internal transport in the territory of the other Party, under penalty of revocation of the international transport authorization.

Article 5

Under no circumstances shall the provisions of this Agreement result in restriction of the border transport facilities that the Contracting Parties currently grant or may grant each other.

Article 6

The authorizations referred to in Article 3 shall be granted solely to vehicles that operate under the responsibility of approved transport companies, which have obtained authorizations in accordance with the legislation of the country within whose jurisdiction they belong and with the regulations governing entry, departure, transit and transport of each Contracting Party.

Article 7

Except as specially provided in this Agreement and its annexes, the authorized carriers, the personnel used, the vehicles, the equipment and the services they provide shall be subject to the laws and regulations in force in the territory of each country, and each Contract-

ing Party shall recognize the right of the other to halt the provision of service in its territory when the conditions and requirements established in its legislation are not fulfilled.

Article 8

Each Contracting Party shall apply to the carriers, vehicles and crews of the other Party in its territory the same laws and regulations that it applies to the carriers, vehicles and crews of its own country, in relation to the transport that is the subject of this Agreement.

Article 9

Vehicles shall cross the border only at the points authorized by the Contracting Parties.

Article 10

Each Contracting Party shall determine the approved border-crossing points and the routes, itineraries and terminals to be used within its territory, which must be those that offer the best operating conditions and the lowest transport costs, always in accordance with the principles established in this Agreement.

Article 11

1. The goods transported shall be subject to the corresponding customs clearance at the approved border crossings, in accordance with the legislation in force in each Party.
2. The Contracting Parties shall grant facilities at the border customs houses to vehicles and containers that are closed with their seals intact. If necessary, the customs house may affix its own seal.

Article 12

1. The vehicles and their equipment must leave the country entered within the agreed period of time, maintaining the same characteristics as were verified at the time of entry.
2. In the case of an officially confirmed accident, the customs authorities shall allow vehicles that have suffered irreparable damage to leave the country, following verification and authorization by the competent transit authorities, so long as:
 - (a) The owner agrees to pay the respective import duties and charges; or
 - (b) The vehicle has been abandoned by the crew, and the carrier or the person concerned has complied with all the legally contracted obligations in the country where the accident occurred.

Article 13

The crew of the vehicles must have documentation that allows them to perform their functions, issued by the competent authorities of their own country, which shall be recognized by both Parties.

Article 14

Each Contracting Party shall keep the other Party informed of the dimensions, maximum weights and other technical specifications required in its territory for the internal circulation of vehicles.

Article 15

Carriers shall be obliged to insure against transport-related risks for third parties and the crew. Each Contracting Party shall adopt internal legislative measures that permit the issue of internationally valid insurance policies. The insurance that the companies of either Party must have may be brought in the country in which the vehicle is temporarily present, or in the country of origin, in accordance with the principle of reciprocity. In the latter case, a body or agency of the country in which the vehicle is temporarily present must assume responsibility for the insurance.

Article 16

The Contracting Parties may allow the circulation of vehicles when their characteristics or those of their goods are special or different from those established in the respective legislation, after the relevant special authorizations have been issued by the competent authorities.

Article 17

The specific or operational provisions governing the various parts of this Agreement shall be the subject of regulations set out in annexes on organizational and operational matters, insurance, immigration and customs that shall form part of this Agreement, and the competent authorities in each country shall be responsible for complying with them.

Article 18

The Contracting Parties may conclude supplementary instruments on various subjects dealt with in this Agreement, particularly with regard to criteria for the reciprocity of the authorizations and other technical and operational matters. Under no circumstances, may such instruments be incompatible with or contravene the provisions of this Agreement.

Article 19

1. The Contracting Parties appoint as competent national authorities responsible for the implementation of this Agreement:

(a) For the Federative Republic of Brazil: the Ministry of Transport, through the Road Transport Division of the Production Department;

(b) For the Republic of Venezuela: the Ministry of Transport and Communications, through the Autonomous Land Transport and Traffic Department (SETRA).

2. The Contracting Parties shall, through the diplomatic channel, establish a commission to evaluate periodically the implementation of this Agreement and suggest any modifications that need to be incorporated into its annexes. The Commission shall be convened once a year by either of the Parties with 60 (sixty) days' notice or shall meet in special session when the situation so requires.

Article 20

Each of the Contracting Parties shall notify the other of the fulfilment of the internal legal requirements for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of the latter such notification.

Article 21

Any disputes that may arise between the Contracting Parties owing to the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by direct negotiation, through the diplomatic channel.

Article 22

This Agreement may be denounced by either Contracting Party through the diplomatic channel, in which case it shall cease to have effect six months after the date of the notification.

Article 23

This Agreement may be amended with the mutual consent of the Contracting Parties. Once communicated through the diplomatic channel, the amendments shall enter into force in accordance with the provisions of article 20.

Done at Caracas, on 4 July 1995, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Venezuela:

MIGUEL ANGEL BURELLI RIVAS
Minister for Foreign Affairs

ANNEX I

ORGANIZATIONAL AND OPERATIONAL MATTERS

CHAPTER I. GRANT OF PERMITS

Article 1

The agencies executing this Agreement shall grant original permits to transport companies in their jurisdiction and supplementary permits to transport companies in the jurisdiction of the other Contracting Party.

Article 2

The original permits shall be granted subject to the following basic requirements:

- (a) The transport company must be constituted in accordance with the legislation of its country of jurisdiction;
- (b) More than half the ownership and effective control of the transport company must be vested in nationals of its country of origin.

Article 3

The permit granted by either of the Contracting Parties to a transport company under its jurisdiction shall be considered by the other Contracting Party to attest that the transport company has the necessary qualifications and the technical, operational and financial capacity required of those who provide public services.

Article 4

In order to be granted a supplementary permit, the transport company must submit to the other Contracting Party, within 120 (one hundred twenty) days of the date on which the original permit was issued:

- (a) A document certifying that the original permit was issued by the competent authority of the respective executing agency in the terms of forms I and II;
- (b) A power of attorney, drawn up in the terms indicated by the respective executing agencies, appointing a legal representative of the transport company to represent it in all the administrative and judicial acts in which it is required to participate in the jurisdiction of the other country;
- (c) A civil liability insurance policy for the vehicles.

Article 5

Once the transport company has complied with the requirements of article 4, it shall obtain the authorization certifying that it may engage in international road transport. The two Contracting Parties undertake not to adopt any restrictive measure of an economic nature that might impede the free access of transport companies authorized to engage in such transport.

Article 6

Any changes in the constitution and representation of the authorized transport company or in the list and identification of the approved fleet shall be processed by the executing agency of the country of origin and communicated to the other Contracting Party by fax or telex.

Article 7

The grant and cancellation of original and supplementary permits shall be subject to jointly established conditions and terms of validity which take into account the principles of uniformity and simplification of criteria.

CHAPTER II. CHARGES, DUTIES AND IDENTITY PLATES

Article 8

1. Each Contracting Party shall exempt the approved transport companies of the other Party from the payment of charges and duties related to the circulation and registration of its vehicles.

2. This article shall not provide exemption from the charges made for specific public services actually provided.

3. The country of origin shall supply the vehicles of the companies mentioned in this article with identity plates, which shall be recognized as valid by the other Contracting Party.

CHAPTER III. VEHICLES AND FIXED INSTALLATIONS

Article 9

The vehicles and fixed installations (machine shops and warehouses) fitted out by one of the Contracting Parties shall be recognized as suitable for providing services by the other Contracting Party, on condition that the dimensions, maximum weights and other technical specifications of the vehicles conform to the regulations in force in the other Contracting Party, except as provided for in article 16 of the Agreement.

CHAPTER IV. MECHANICAL INSPECTION

Article 10

Each of the Contracting Parties recognizes to the other the right to carry out mechanical inspections of the approved vehicles and to prevent any vehicle that does not comply with the safety requirements of the respective traffic and road transport regulations from providing services.

CHAPTER V. SUPERVISION

Article 11

Each Contracting Party shall supervise all the operations of every approved transport company in its own territory and inform the other Party of the results with regard to the transport companies in its jurisdiction.

Article 12

The approved transport companies, whatever their jurisdiction of origin, shall be obliged to submit accounting and statistical information to each of the executing agencies stipulated in Article 19 of the Agreement, in accordance with uniform regulations and guidelines to be established by mutual agreement

Article 13

The Contracting Parties agree to draw up standardized documents for international road transport (original and supplementary authorization form and vehicle description form).

Article 14

I. The documents and forms of an operational nature specified in this annex shall be drawn up in Portuguese and Spanish and do not require consular authentication in order to be valid.

2. To this end, facsimiles of the signatures together with models of the stamps or seals of the competent authorities and bodies shall be provided reciprocally, through the exchange of specific information.

CHAPTER VI. VIOLATIONS AND PENALTIES

Article 15

Violations of laws and regulations by approved transport companies shall be investigated and penalized in accordance with the legislation of the Contracting Party in whose territory they occur, regardless of the jurisdiction of the transport company concerned.

[Space reserved for the coat of arms of the country and the name of the authority]

FORM I

1. Authorization Document No.

2. The Director of the Road Transport Division of the Production Department of the Ministry of Transport [or the Director of the Autonomous Land Transport and Traffic Department of the Ministry of Transport and Communications] certifies that, in accordance with the Agreement on international transport of passengers and goods by road, the company designated below is under the jurisdiction of this country and states that he authorizes international road transport under the following conditions:

3. Name and legal domicile of the company:

Domicile

4. Percentage of ownership and effective control of the company vested in nationals of this country:

5. Type of transport:

6. Type of business engaged in: bilateral, with crossing of a common border.

7. Number of vehicles to be used:

..... Trucks Tractor trucks

..... Semi-trailers and Trailers

Corresponding to tons of nominal carrying capacity

8. Origin and destination of the transport:

9. Route and timetable in the country:

10. Period of validity:

11. Amexes: Vehicle description document.

12 Issued at on the day of

VEHICLE DESCRIPTION DOCUMENT

FORM II

Company

Origin/Destination

Authorization Document (Certificate) No.

Type Year Make Model Chassis No. Axles CMT CCU Tare Licence No.

[CCL]

ANNEX II

INSURANCE

Article 1

The obligation established in this Agreement that companies engaging in international transport must take out insurance extends to the owners or drivers of vehicles to be used in transport of own goods, but is limited to civil liability for injury, death or damage in the case of third parties who are not passengers.

Article 2

The currency control authorities of each Contracting Party shall authorize the transfer of insurance premiums and compensation payments for accidents and expenses to comply with the provisions of this Agreement.

Article 3

The Contracting Parties agree to exchange information on: existing or any future regulations relating to civil liability and insurance as referred to in this Agreement; any tax or other regulations that affect the premiums charged by the insurers who assume liability for risks abroad; and the charges from which the said operations shall be exempt. To this end, the regulations applied shall tend to encourage the further development of international transport insurance and avoid double taxation.

Article 4

The insurers who assume the coverage shall provide to their representatives in the other country, for presentation to the supervisory authorities, forms certifying coverage with the following information: name and address of the insurer, relevant numbers, name and address of the transport company, specifications and characteristics of the vehicle, period of coverage, risks covered, amounts of coverage, place and date of issue, name and address of the representative and his signature.

Article 5

1. The minimum amounts of coverage established by this Agreement are as follows:
 - (a) For damage to third parties who are not passengers:
 - a.1) Death and personal injury: US\$ 20,000 per person
 - a.2) Damage to property: US\$ 15,000 per piece of property
 - Limit per accident or disaster: US\$ 120,000

(b) For damage to passengers:

b.1) Death and/or personal injury: US\$ 20,000 per person

b.2) Damage to property: US\$ 500 per passenger

Limit per accident or disaster: US\$ 200,000 for death and/or personal injury and US\$ 10,000 for damage to property.

2. Amounts of coverage in excess of those established in this Agreement may be freely agreed between those insured and the insurers.

Article 6

Civil liability insurance covered by insurance companies in the country of origin shall be valid, provided that such companies have agreements with insurance companies in the other country to settle and pay for accidents, subject to the laws of each country.

Article 7

1. In order to give effect to the preceding articles, agreements shall be promoted between insurance and re- insurance companies, duly supervised by the insurance, transport and currency control authorities of each Contracting Party.

2. The insurance authorities of each Contracting Party agree to establish standard clauses for the insurance policies provided for in this Agreement.

ANNEX III

IMMIGRATION MATTERS FOR TRANSPORT COMPANIES AND CREWS

Article 1

Each Contracting Party shall allow the entry into and departure from its territory of the crews of operating vehicles authorized to engage in the international land transport of passengers or goods and, to this end, shall merely require presentation of the land transport crew identity card issued by the immigration authorities of the country of origin.

Article 2

The immigration authorities of the Contracting Parties shall authorize the entry into and presence in their territory of the land transport crew for a period of 30 (thirty) days.

Article 3

In the case of duly confirmed force majeure or the impossibility of completing a specific transport operation, the Contracting Parties may grant the land transport crew an extension of its stay for up to 30 (thirty) days.

Article 4

The transport companies or their legal representatives shall be responsible for all the expenses relating to the departure from the country of their land transport crew, if the pertinent legal regulations of the respective country are not complied with.

Article 5

The transport companies that are authorized under this Agreement and their land transport crew shall be subject to the legal provisions on immigration in force in the territory of the Contracting Parties.

ANNEX IV

CUSTOMS

CHAPTER I. DEFINITIONS

Article 1

For the purposes of this annex:

(1) "Temporary admission" shall mean the special customs procedure by which certain goods may be admitted into a customs territory, with suspension of the payment of import duties, when they are brought in for a specific purpose and will be re-exported within a fixed period without undergoing modifications except for normal depreciation due to the use to which they have been put;

(2) "International customs transit (ICT)" shall mean the special customs procedure by which goods subject to customs inspection are transported from one customs area to another in a single operation in the course of which one or several borders are crossed;

(3) "International customs transit operation" shall mean the transport of goods from the jurisdiction of a customs office of departure to the jurisdiction of a customs office of destination located in another country under the procedure established in this annex;

(4) "Customs office of departure" shall mean the customs office of the Contracting Party in whose jurisdiction the ICT operation commenced;

(5) "Border customs office" shall mean the customs office of the Contracting Party through which a transport unit enters or departs from the country during an ICT operation;

(6) "Customs office of destination" shall mean the customs office of the Contracting Party in whose jurisdiction the ICT operation is concluded;

(7) "Exceptional cargo" shall mean one or more heavy or bulky objects that, owing to their weight, size or nature, cannot be transported in closed transport units; they must, however, be easily identifiable. New vehicles that are transported by being driven also come under this heading;

(8) "Container" shall mean a piece of transport equipment (portable crate, movable tank or similar, with its accessories, including refrigeration equipment, canvas sheets, etc.) that conforms to the following conditions:

(a) It is a totally or partially closed compartment, intended to contain goods;

(b) It is of a permanent character and, consequently, sufficiently resistant to tolerate repeated use;

(c) It is specially designed to facilitate the carriage of goods, by one or more modes of transport, without intermediate handling of the cargo;

(d) It is so made as to be moved easily and safely, particularly when being transferred from one mode of transport to another;

(e) It is so designed as to be easily loaded and unloaded;

(f) The interior is readily accessible for customs inspection and there are no places where goods may be hidden;

(g) It has places which can accommodate seals, tapes or other customs safety devices, so as to ensure that it is not tampered with during transport or storage;

(h) It is identifiable by means of indelibly engraved marks and numbers, which are painted so as to be easily visible;

(i) The internal volume is at least one cubic metre.

(9) "Customs inspection" shall mean all the procedures to be adopted in order to ensure compliance with customs laws and regulations;

(10) "International customs transit (DCT) declaration" shall mean the document in which the declarant requests the customs office of departure to approve an ICT operation;

(11) "Declarant" shall mean the person who, subject to the legislation in force in each Contracting Party, requests the initiation of an international customs operation, under the terms of this annex, by submitting a DCT declaration to the customs office of departure and is answerable to the competent authorities for the accuracy of his declaration;

(12) "Bonded stores warehouse" shall mean special customs-controlled premises intended for the storage of maintenance and repair materials for vehicles under the responsibility of the carriers, with suspension of customs duties; the Contracting Parties shall authorize the installation of such premises in their territory, subject to prior compliance with the legal provisions in force;

(13) "Guarantee" shall mean a commitment entered into with a customs office with a view to ensuring the payment of charges or the fulfilment of other obligations;

(14) "Import or export charges" shall mean customs duties and any other liability with a similar effect, of either a fiscal, monetary, exchange-rate or other nature, pertaining to imports and exports. Fees and similar liabilities when they relate to the cost of services provided do not come under this heading;

(15) "Customs area" shall mean a place fitted out by the customs office for carrying out customs operations;

(16) "Transshipment" shall mean the transfer of goods to another transport unit carried out under customs supervision in a single customs office;

(17) "Carrier" shall mean a person who is authorized to engage in international land transport under the terms of this Agreement and who assumes responsibility before the competent authorities for the correct execution of the ICT operation;

(18) "Transport units" shall mean:

(a) Containers;

(b) Road vehicles including trailers and semi-trailers.

CHAPTER II. SCOPE

Article 2

1. This annex is applicable to the transport of goods in transport units between the territories of the Contracting Parties on condition that the transport operation includes a border crossing between the customs office of departure and the customs office of destination.

2. The Contracting Parties shall permit the operations of international road transport of passengers and goods in their territories under the arrangements for international customs transit and temporary admission of vehicles, additional transport equipment and accessories required for the operation of international transport, subject to the regulations existing in each of the Contracting Parties and the principles established in this Agreement.

3. The provisions of this annex are also applicable to the transport of goods proceeding from or destined for third countries which are not Contracting Parties.

4. The provisions of paragraph 1 of this article are also applicable to transit operations, including transit by waterway, when the goods are not transshipped.

5. Save as otherwise provided, the term "transport units" in this annex also includes exceptional cargo.

6. As regards the adoption of customs regimes, the internal legislation of each Contracting Party shall apply, due regard being paid to the principle of reciprocity, and the customs administrations may adopt uniform procedures for bilateral supervision.

CHAPTER III. SUSPENSION OF IMPORT OR EXPORT DUTIES

Article 3

Goods transported in international customs transit (ICT), under the terms of this annex, shall benefit from the suspension of all import or export duties for as long as the ICT operation lasts, without prejudice to the payment of fees for services actually provided.

CHAPTER IV. CONDITIONS APPLICABLE TO TRANSPORT COMPANIES AND UNITS

Article 4

The international customs transit (ICT) clearance must be prepared with a copy of the original or supplementary transport permit issued by the competent transport authorities of the Contracting Parties.

Article 5

To engage in international road transport operations, transport companies and their vehicles must be registered with the customs authority of the Contracting Parties in the country of the transport vehicle.

Article 6

1. Under the terms of this annex, transport units that will be sealed and used in the transport of goods must have the following characteristics:

(a) They must have a device to which the customs seal can be affixed simply and effectively;

(b) They must have no spaces where goods may be hidden;

(c) The space used must be readily accessible for customs inspection;

(d) They must be identified with indelibly engraved marks and numbers.

2. If necessary, the Contracting Parties shall draw up recommendations, subject to the provisions of article 30 of this annex, stipulating the conditions of the transport units, in order to standardize the procedure at the various customs offices which are involved in the ICT operation.

Article 7

The vehicles and their equipment must leave the country which they entered within the bilaterally agreed periods of time. Their characteristics and condition must be the same as on entry and will be inspected by the customs authorities.

Article 8

The customs offices which temporarily admit the vehicles covered by this Agreement and its annexes shall proceed to verify the equipment to ensure that it is correctly identified at the time of entry, departure or re-entry, at which time normal wear produced by use shall be noted.

Article 9

1. The customs authorities may authorize the installation of special customs warehouses in order to store essential spare parts and accessories for the maintenance of the transport units and equipment of approved foreign companies.

2. Import and export duties shall be suspended for spare parts and accessories admitted into the said warehouses.

3. Spare parts and accessories that have been replaced shall be re-exported to the country from which they came, handed over to the customs authorities or destroyed, and the carrier must assume any costs that this may generate.

CHAPTER V. CUSTOMS SEALS

Article 10

1. Under the terms of this annex, the customs seals used in an international customs transit operation must conform to the minimum conditions set out in the appendix to this annex.

2. The Contracting Parties must accept the customs seals that correspond to the minimum conditions set out in paragraph 1 of this article, when they have been affixed by the customs authorities of the other country. However, each Contracting Party has the right to affix its own seals when those used are not considered adequate or fail to offer the requisite security.

3. When the customs seals affixed in the territory of one of the Contracting Parties are accepted by the other, they shall enjoy the same juridical protection as national seals in the territory of the latter.

CHAPTER VI. DECLARATION OF GOODS AND RESPONSIBILITY

Article 11

In order to implement the international customs transit procedure established in this annex, a declaration of customs transit (DCT) must be presented for each transport unit to the customs authorities of departure, in accordance with the bilingual Portuguese-Spanish model, which was approved by the Commission referred to in article 19 of the Agreement, pursuant to article 30 of this annex, duly completed and with a sufficient number of copies to comply with all the inspections during the ICT operation.

Article 12

1. The goods referred to in this Agreement that enter or depart from the territories of the Contracting Parties shall be transported by a vehicle or transport equipment that, in the opinion of the customs authorities, complies with international transport requirements and guarantees fiscal security.

2. The carrier is responsible to the customs authorities for fulfilling the obligations arising out of the implementation of the international customs transit procedure, and especially for ensuring that the goods arrive intact at the customs office of destination, in accordance with the conditions established in this annex.

3. The declarant is the only person responsible for customs violations resulting from the inaccuracy of his declarations.

CHAPTER VII. GUARANTEES FOR GOODS AND VEHICLES

Article 13

1. The vehicles of the authorized companies that are entitled to engage in international transport under this Agreement are, ipso jure, the only guarantee in relation to any applicable duties and pecuniary penalties that may be imposed on both the transported goods and the vehicles that are temporarily admitted into the territories of the two countries.

2. The transport companies may replace the guarantee mentioned in this article with another, such as a bank or insurance guarantee, at the request of the customs authorities, subject to the legislation of the Contracting Party where the request is made.

CHAPTER VIII. FORMALITIES TO BE OBSERVED AT THE CUSTOMS OFFICES OF DEPARTURE

Article 14

1. At the customs office of departure, the transport units and the goods must be presented together with the DCT declaration.

2. The authorities at the customs office of departure shall verify:

(a) That the DCT declaration has been prepared correctly;

(b) That the transport unit offers the necessary security, in accordance with the conditions set out in article 6;

(c) That the type and quantity of the transported goods correspond to what is specified in the declaration.

3. Once the verifications have been made, those authorities shall affix their seals and stamp the DCT declaration.

4. If they believe it to be necessary, the said authorities shall proceed to examine the goods, preferably by random sampling.

5. The DCT declaration shall be registered and returned to the declarant who shall take the necessary steps to ensure its presentation for customs inspection at the various stages of the ICT operation. The authorities at the customs office of departure shall keep a copy of the DCT declaration.

6. In the case of exceptional cargo, the following procedure shall be followed:

(a) Authorization to carry out the ICT procedure shall be subject to the feasibility of identifying the exceptional cargo. Consequently, the manufacturer's marks or numbers, or the description of the goods, must be used in particular as a means of identification, and identification marks or customs seals must be applied, so that the cargo may not be replaced, either wholly or in part, or any of its components removed, without this being evident.

(b) If the customs authorities should require the addition of further documentation identifying the cargo, this shall be mentioned in the DCT declaration.

CHAPTER IX. FORMALITIES TO BE OBSERVED AT THE BORDER CUSTOMS OFFICE

Article 15

1. Upon departure from the territory of a country, the carrier must present to the customs authorities at each border customs office the transport unit with the cargo, with the seals intact, and the DCT declaration relating to the goods. The authorities shall verify whether the unit has been handled in an unauthorized way and whether the customs seals or identification marks are intact and shall then stamp the DCT declaration.

2. The authorities at the border customs office of departure may keep one copy of the DCT declaration to register the operation and shall send another signed copy to the customs office of departure or the border customs office at the entry into the country, as an acknowledgement of arrival, so that the latter may finalize the ICT operation in the said country's territory.

Article 16

1. Upon entry into the territory of a country, the carrier must present to the customs authorities at each border customs office the transport unit with the cargo, with the seals intact, and the DCT declaration relating to the goods.

2. The authorities at the border customs office of entry shall verify:

(a) That the DCT declaration has been prepared correctly;

(b) That the transport unit offers the necessary security and that the customs seals are intact or, in the case of an exceptional cargo, the provisions of article 14, paragraph 6, of this annex have been observed.

3. Once the routine verifications have been made, the border customs authorities shall stamp the DCT declaration and, if necessary, apply new seals, noting this on the DCT declaration.

4. The authorities at the border customs office of entry shall keep a copy of the DCT declaration to register the operation.

Article 17

When the customs authorities remove a customs seal in order to inspect a laden transport unit at a border customs office, or during the journey, they shall record this fact on the DCT declaration that accompanies the transport unit, together with any observations pertaining to the inspection and the characteristics of the new customs seal that they have affixed.

CHAPTER X. FORMALITIES TO BE OBSERVED AT THE CUSTOMS OFFICE OF DESTINATION

Article 18

1. The carrier must present the transport unit with the cargo, with its seals intact, and the DCT declaration relating to the goods, to the authorities at the customs office of destination.

2. When finalizing the ICT operation, the authorities at the customs office of destination shall proceed to examine the documents and verify the transport unit with the cargo, the seals and other elements that ensure the security and integrity of the cargo.

3. Having verified that the carrier has fulfilled his obligations, the authorities at the customs office of destination shall certify the arrival of the goods. A copy of the DCT declaration thus processed shall be delivered to the interested party.

4. The customs office of destination shall keep a copy of the DCT declaration and shall require presentation of an additional copy of this declaration, which shall be sent to the border customs office at the entry to the country, as an acknowledgement of arrival, in order to finalize the ICT operation.

CHAPTER XI. CUSTOMS VIOLATIONS, CLAIMS AND ACCIDENTS

Article 19

1. If the customs office of either country suspects that a customs violation has been committed, it shall adopt the appropriate legal measures established in its own regulations. If the vehicle is retained, the authorized company may submit a guarantee that satisfies the competent authorities in order to obtain the release of the vehicle while the administrative or judicial proceedings take place.

2. Without detriment to any administrative or judicial decision that may be adopted when the customs violations referred to in this article occur, the customs offices reserve the right to require competent national authority of their country to suspend the original or supplementary permit granted to the company involved. If an authorized company commits repeated violations, the competent national authority shall, at the request of the customs authority, cancel the original or supplementary permit, as the case may be.

Article 20

When the customs authorities of a country certify that the part of the ICT operation carried out in their territory has been executed satisfactorily, they may not claim the payment of the duties mentioned in article 3 of this annex, unless the certification has been obtained in an irregular or fraudulent manner, or the provisions of this annex have been infringed.

Article 21

1. If the customs seals were broken, destroyed or damaged during an ICT operation, the carrier shall immediately communicate this fact to the nearest customs office. The authorities of this customs office shall draw up a report confirming the accident and take the necessary steps to enable the ICT operation to continue. A copy of the confirmation report must be attached to the DCT declaration.

2. If it is not possible to communicate with the customs authorities immediately, the carrier must approach the nearest competent authority, which shall make a record of the accident and attach it to the DCT declaration. This record must be presented together with the transport unit, the cargo and the DCT declaration to the nearest customs house, which shall take the necessary steps to enable the ICT operation to continue.

3. In the event of imminent danger that makes it necessary to unload immediately part or all of the cargo, the carrier may take any measures that he considers appropriate, on his own initiative.

CHAPTER XII. MUTUAL ADMINISTRATIVE ASSISTANCE

Article 22

The customs authorities of one of the Contracting Parties which have commenced investigations in the case of a violation or suspected violation of the provisions of this annex shall request in writing from the customs authorities of the other Party:

(a) Information relating to the international customs transit declarations that have been presented or accepted in its territory and that are presumed to be false;

(b) Information that allows the authenticity of any seals affixed in its territory to be verified.

Article 23

When the customs authorities of one of the Contracting Parties verify that there are inaccuracies in a DCT declaration or some other irregularity in the ICT operation under the terms of this annex, the said authorities shall inform ex officio the customs authorities of the other Party.

CHAPTER XIII. GENERAL PROVISIONS

Article 24

During the part of the ICT operation conducted in their territory, the Contracting Parties may:

(a) Establish a period within which the operation should be completed in their territory;

(b) Require the transport units to follow particular routes.

Article 25

1. The customs offices authorized to exercise functions relating to border inspections of the international transport of passengers and goods by road and the goods transported under the international customs transit procedure dealt with in this Agreement are: for the Federative Republic of Brazil, the Inspectorate of Vila Pacaraíma, and, for the Republic of Venezuela, the Customs House of Santa Elena de Uairén.

2. The Contracting Parties shall:

(a) Reduce to a minimum the time necessary for completing the formalities at the border customs offices and establish an expeditious procedure for the goods subject to the ICT operation;

(b) Give priority to processing perishable goods, live animals and other goods that imperatively require rapid transport, such as emergency or relief shipments in the case of disasters;

(c) At the request of the interested party, facilitate completion of customs formalities at the border customs offices at times outside the normally established days and timetables.

3. The Contracting Parties shall harmonize the timetables for provision of service and the procedures of all the agencies that have a role to play at the corresponding border-crossing points.

Article 26

1. The work performed by the customs officials shall not entail any other payment for completion of the customs formalities mentioned in this annex than that established in the following paragraph.

2. The Contracting Parties shall, at the request of any interested party, allow the border customs offices to operate on days, during hours and on premises outside those normally established. In such cases, the amount of the expenditure incurred for the special service may be charged, including the extra remuneration for the officials.

Article 27

When transport units without goods pass through the border customs offices, they must present an international cargo manifest (ICM).

Article 28

The provisions of this Agreement do not confer exemption from compliance with the health and other regulations required by either of the Contracting Parties.

CHAPTER XIV. INTERNATIONAL PASSENGER TRANSPORT

Article 29

In order to facilitate international passenger transport by road, the Contracting Parties shall harmonize customs documentation and procedures.

CHAPTER XV. FINAL PROVISIONS

Article 30

1. At the request of either of the Contracting Parties, meetings of the Commission established in article 19 of the Agreement shall be convened, with the participation of the customs experts of the Parties, in order to examine the provisions of this annex and propose the implementation of measures that ensure the uniformity of the procedures adopted by each customs office.

2. In the same way, the said Commission shall encourage the use of electronic data transmission for the exchange of information between the customs offices of the Contracting Parties and with other users, in order to take greater advantage of technological advances in this field, facilitate the implementation of customs procedures and increase cooperation between the customs offices of the two countries.

APPENDIX TO ANNEX IV

MINIMUM REQUIREMENTS FOR CUSTOMS SECURITY DEVICES (SEALS AND TAPES)

The customs security devices must comply with the following minimum requirements:

1. General Requirements for Customs Security Devices.

They must be:

- (a) Strong and durable;
- (b) Easy to apply;
- (c) Easy to examine and identify;
- (d) Difficult to remove, break or handle irregularly without leaving a mark;
- (e) Non-reusable;
- (f) Difficult to copy or imitate.

2. Material Specifications for the Seal

- (a) The size and shape of the seal should be such that the identification marks are easy to read;
- (b) The dimensions of each seal must correspond to those of the tape used, and the seal must be placed so that the tape fits firmly when the seal is closed;
- (c) The material used must be sufficiently strong to resist accidental breakage, rapid deterioration (due to climate conditions, chemical agents, etc.) or irregular handling that does not leave a mark; and
- (d) The material used must be chosen according to the type of seal used.

3. Specifications for the Tape

The tape must be strong and durable, resistant to weather and corrosion.

4. Identification Marks

The seal or the tape, whichever the case, must contain marks that:

- (a) Indicate that it is a customs security device, with the standard application of the word "customs";
- (b) Identify the country, preferably with the abbreviation that is used to indicate the country where the vehicles authorized to engage in international transit are registered;
- (c) Allow the customs house that applied the device to be identified.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AU TRANSPORT ROUTIER INTERNATIONAL DE
PASSAGERS ET DE MARCHANDISES ENTRE LE GOUVERNEMENT
DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOU-
VERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU VENEZUELA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Venezuela (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Considérant opportun de disposer d'un instrument juridique réglementant le transport routier international de passagers et de marchandises entre les deux pays et reflétant les principes fondamentaux et le principe de réciprocité de nature à harmoniser et à promouvoir leurs intérêts légitimes dans ce domaine d'activité,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Le présent Accord s'applique au transport routier international de passagers et de marchandises entre les Parties contractantes, qu'il s'agisse d'un transport direct ou d'un transport en transit vers les pays tiers.

Article 2

Aux fins du présent Accord :

1. L'expression "transport routier" désigne le transport commercial par véhicule au moyen de l'infrastructure routière;

2. L'expression "transport routier international" désigne le transport routier dont l'itinéraire franchit en un point au moins la frontière entre les deux pays;

3. L'expression "transport commercial" désigne tout service public de transport de passagers et de marchandises assuré pour des tiers moyennant rémunération par un transporteur autorisé;

4. L'expression "transport de passagers" désigne tout service assuré pour le transport régulier de personnes, conformément aux itinéraires, horaires et fréquences approuvés, du lieu d'origine au lieu de destination ainsi qu'entre villes de deux ou plusieurs pays;

5. L'expression "marchandises" désigne tout article pouvant faire l'objet d'un transport commercial;

6. L'expression "véhicule et transport de passagers" désigne tout engin autopropulsé doté des éléments constituant l'équipement normalement utilisé pour le transport routier de passagers;

7. L'expression "véhicule autopropulsé de transport de marchandises" désigne tout engin autopropulsé ou remorqué doté des éléments constituant l'équipement normalement utilisé pour le transport routier de marchandises;

8. L'expression "équipage" désigne le personnel employé et autorisé par le transporteur qui accompagne le véhicule pendant le trajet;

9. L'expression "entreprise de transport" désigne toute personne morale légalement constituée, y compris les coopératives, autorisée, conformément aux dispositions du présent Accord, à réaliser un transport routier international;

10. L'expression "transporteur individuel autorisé" désigne toute personne physique assurant un transport sous la responsabilité d'une entreprise de transport agréée autorisée à exploiter un service de transport international conformément aux dispositions du présent Accord;

11. L'expression "transport de marchandises propres" désigne tout transport assuré par une entreprise dont l'activité commerciale principale n'est pas le transport de marchandises moyennant rémunération au moyen de véhicules lui appartenant de marchandises destinées exclusivement à son utilisation propre ou à la distribution de ses produits.

Article 3

Les véhicules de l'une des Parties contractantes qui transportent des passagers ou des marchandises sont autorisés à entrer sur le territoire de l'autre Partie contractante et à en sortir par les points de franchissement de la frontière autorisée, sur la base de la réciprocité et conformément à la législation et à la réglementation en vigueur dans chaque pays, dans les conditions fixées dans le présent Accord et dans ses annexes.

Article 4

Les transporteurs autorisés de l'une des Parties contractantes ne peuvent assurer aucun transport entre deux points situés sur le territoire de l'autre Partie sous peine de perdre leur autorisation de transport international.

Article 5

Les dispositions du présent Accord ne doivent en aucun cas être interprétées comme limitant les facilités actuellement accordées ou pouvant être accordées d'un commun accord entre les Parties contractantes pour le transport frontalier.

Article 6

Les autorisations visées à l'article 3 ne sont accordées qu'à des véhicules exploités sous la responsabilité d'entreprises de transport agréées conformément à la législation du pays dont elles relèvent ainsi qu'aux règles de sécurité applicables en matière d'entrée, de sortie, de transit et de transport dans chacune des Parties contractantes.

Article 7

Sous réserve des dispositions particulières du présent Accord et de ses annexes, les transporteurs autorisés, le personnel employé, les véhicules, le matériel et les services fournis sont soumis aux normes et règlements en vigueur sur le territoire de chaque pays, et chacune des Parties contractantes reconnaît le droit de l'autre Partie d'interdire la prestation de services sur son territoire si les conditions et dispositions stipulées par sa législation ne sont pas respectées.

Article 8

Chacune des Parties contractantes applique sur son territoire aux transporteurs, véhicules et équipages de l'autre Partie les mêmes dispositions légales et réglementaires que celles qu'elle applique à ceux de son propre pays pour le transport assuré conformément au présent Accord.

Article 9

Les véhicules ne peuvent franchir la frontière qu'aux points convenus par les Parties contractantes.

Article 10

Les Parties contractantes déterminent les points autorisés pour le franchissement de la frontière ainsi que les routes, itinéraires et terminaux à utiliser à l'intérieur de leur territoire, lesquels devront être sélectionnés de manière à offrir les meilleures conditions de fonctionnement et à réduire au minimum les frais de transport, conformément aux principes énoncés dans le présent Accord.

Article 11

1. Les marchandises transportées sont soumises, aux points de franchissement de la frontière convenus, aux opérations de dédouanement applicables conformément à la législation en vigueur sur le territoire de chacune des Parties.

2. Les Parties contractantes facilitent le dédouanement à la frontière des véhicules et conteneurs scellés. Si besoin est, le service des douanes peut apposer ses propres scellés.

Article 12

1. Les véhicules et leur matériel doivent sortir du pays dans lequel ils sont entrés dans les délais convenus et dans l'état dans lequel ils sont entrés dans le pays.

2. En cas d'accident dûment prouvé, les autorités douanières autorisent la sortie du pays du véhicule ayant subi des dégâts irréparables, après vérification et autorisation par les autorités de transit compétentes, sous réserve que :

a) Le propriétaire acquitte les taxes et droits à l'importation exigibles; ou

b) Les véhicules aient été abandonnés par l'équipage et que le transporteur ou l'intéressé se soit acquitté de toutes les obligations légalement contractées dans le pays sur le territoire duquel l'accident s'est produit.

Article 13

Les équipages des véhicules doivent être munis des documents les habilitant à exercer leurs fonctions. Lesdits documents doivent avoir été délivrés par les autorités compétentes du pays dont ils relèvent et être reconnus par les deux Parties.

Article 14

Chacune des Parties contractantes tient l'autre Partie informée des règles concernant le gabarit et le poids maximum ainsi que les autres normes techniques appliquées sur son territoire à la circulation interne de véhicules.

Article 15

Les transporteurs sont tenus d'assurer les risques que le transport peut comporter pour les tiers et les équipages. Chacune des Parties contractantes adopte les mesures législatives internes nécessaires afin d'autoriser l'émission de polices d'assurance valables à l'étranger. L'assurance que doivent avoir les entreprises de l'une des Parties peut être contractée dans le pays où séjourne temporairement le véhicule ou dans son pays d'origine sur la base du principe de la réciprocité. Dans ce dernier cas, l'assurance doit relever de la responsabilité d'une entité ou compagnie du pays où séjourne temporairement le véhicule.

Article 16

Les Parties contractantes peuvent autoriser la circulation de véhicules dont les caractéristiques ou dont la nature de leur cargaison sont particulières ou différentes de celles établies par leurs législations respectives, sous réserve d'avoir préalablement obtenu les permis spéciaux nécessaires des autorités compétentes.

Article 17

Les dispositions spécifiques ou règles opérationnelles régissant les questions visées par le présent Accord sont indiquées dans les annexes concernant les questions organisationnelles et opérationnelles, l'assurance, l'entrée et le séjour des étrangers et les règles douanières, lesquelles font partie intégrante du présent Accord et dont l'application relève de la responsabilité des organismes compétents de chacun des deux pays.

Article 18

Les Parties contractantes peuvent conclure des instruments complémentaires au présent Accord au sujet des différentes questions visées par ce dernier, particulièrement

pour ce qui est du principe de réciprocité applicable en matière de permis et des autres aspects techniques et opérationnels. Lesdits instruments ne peuvent en aucun cas déroger ou être contraires aux dispositions du présent Accord.

Article 19

1. Les Parties contractantes désignent comme organismes nationaux compétents aux fins de l'application du présent Accord :

a) La République du Venezuela, le Ministère des transports et communications, agissant par l'intermédiaire de la Direction du Service autonome des transports et du transit terrestres (SETRA);

b) La République fédérative du Brésil, le Ministère des transports, agissant par l'intermédiaire du Département des transports routiers du Secrétariat à la production.

2. Les Parties contractantes constituent par la voie diplomatique une commission chargée d'évaluer périodiquement l'exécution du présent Accord et de suggérer les amendements qu'il y aurait lieu d'apporter à ces annexes. La commission se réunit une fois par an sur la convocation de l'une ou l'autre des Parties, moyennant préavis de soixante (60) jours, ou en session extraordinaire si besoin est.

Article 20

Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre l'accomplissement des formalités juridiques internes requises pour l'approbation du présent Accord, qui entrera en vigueur à la date de la dernière de ces notifications.

Article 21

Les différends pouvant surgir entre les Parties contractantes au sujet de l'interprétation ou de l'application du présent Accord sont réglés au moyen de négociations directes par la voie diplomatique.

Article 22

L'une ou l'autre des Parties contractantes pourra dénoncer le présent Accord par la voie diplomatique, auquel cas il cessera de produire effet six (6) mois à compter de la date de la notification à cet effet.

Article 23

Le présent Accord pourra être modifié par consentement mutuel des Parties contractantes. Les modifications, une fois notifiées par la voie diplomatique, entreront en vigueur selon les modalités indiquées à l'article 20.

Fait à Caracas le 4 juillet 1995, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :
LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministre d'État chargé des relations extérieures

Pour la République du Venezuela :
MIGUEL ANGEL BURELLI RIVAS
Ministre des relations extérieures

ANNEXE I

ASPECTS ORGANISATIONNELS ET OPÉRATIONNELS

TITRE PREMIER. OCTROI DE PERMIS

Article premier

Les organismes chargés de l'application de l'Accord accordent un permis originel aux entreprises de transport relevant de leur juridiction et des permis complémentaires aux entreprises de transport relevant de la juridiction de l'autre Partie contractante.

Article 2

Les permis originels sont accordés conformément aux principes de base ci-après :

- a) L'entreprise de transport doit avoir été constituée conformément à la législation du pays dont elle relève;
- b) Des ressortissants du pays d'origine de l'entreprise de contrôle doivent détenir plus de la moitié de la propriété et du contrôle effectif de celle-ci.

Article 3

Le permis accordé par l'une des Parties contractantes à une entreprise de transport relevant de sa juridiction est considéré par l'autre Partie contractante comme établissant que ladite entreprise répond aux critères de qualité et de capacité technique et réunit les conditions opérationnelles et financières applicables aux entreprises qui fournissent un service public.

Article 4

Pour obtenir un permis complémentaire, l'entreprise de transport de l'une des Parties contractantes doit soumettre à l'autre Partie, dans un délai de cent-vingt (120) jours à compter de la date de délivrance du permis originel :

- a) Une attestation du permis originel délivré par l'autorité compétente de l'organisme chargé de l'application du présent Accord selon la présentation figurant sur les formulaires I et II;
- b) Une procuration notariée désignant le représentant légal habilité à représenter l'entreprise de transport aux fins de toutes les procédures administratives et judiciaires dans lesquelles elle peut être appelée à intervenir dans l'autre pays, ladite procuration devant être établie selon les modalités indiquées par les organismes chargés de l'application du présent Accord dans les deux pays;
- c) Une police d'assurance couvrant la responsabilité civile des véhicules.

Article 5

Une fois accomplies les formalités prévues à l'article 4, il est accordé à l'entreprise de transport un permis d'exploitation de service de transports internationaux routiers. Les deux Parties contractantes s'abstiennent d'adopter toute mesure restrictive de caractère économique pouvant entraver le libre accès aux services de transport des entreprises agréées.

Article 6

Toute modification concernant la constitution ou la représentation de l'entreprise de transport agréée ou la description et l'identification des véhicules agréés doit être approuvée par l'organisme chargé de l'application du présent Accord dans le pays d'origine et communiquée à l'autre Partie par télécopie ou télex.

Article 7

L'octroi et l'annulation des permis originels et des permis complémentaires sont soumis aux conditions et périodes de validité convenues d'un commun accord, compte tenu de la nécessité d'uniformiser et de simplifier les formalités applicables.

TITRE II. TAXES, DROITS ET PLAQUES D'IMMATRICULATION

Article 8

1. Chacune des Parties contractantes dispense les entreprises de transport agréées de l'autre Partie du paiement des droits et taxes liés à la circulation et à l'immatriculation de leurs véhicules.

2. Les dispositions du présent article ne dispensent pas du recouvrement des taxes dues pour la prestation effective de services publics.

3. Les véhicules des entreprises visées par le présent article sont munis de plaques d'immatriculation indiquant leur pays d'origine, lesquelles sont reconnues comme valables par l'autre Partie contractante.

TITRE III. VÉHICULES ET INSTALLATIONS FIXES

Article 9

Les véhicules et installations fixes (ateliers mécaniques et magasins d'entreposage) agréés par l'une des Parties contractantes sont reconnus comme aptes pour la prestation de services par l'autre Partie contractante, sous réserve que les véhicules, leur gabarit et leur poids maximum et les autres spécifications techniques soient conformes aux normes en vigueur en la matière sur le territoire de l'autre Partie contractante, sous réserve des dispositions de l'article 16 de l'Accord.

TITRE IV. INSPECTION TECHNIQUE

Article 10

Chacune des Parties contractantes reconnaît à l'autre Partie le droit de procéder à une inspection technique des véhicules agréés ainsi que d'interdire la prestation de services à tout véhicule n'offrant pas les conditions de sécurité exigées par les règles de circulation et de transport routier applicables.

TITRE V. CONTRÔLES

Article 11

Chacune des Parties contractantes procède à un contrôle complet des opérations de toutes les entreprises de transport agréées sur son propre territoire et informe l'autre Partie des résultats des contrôles concernant les entreprises de transport relevant de sa juridiction.

Article 12

Les entreprises de transport agréées, quel que soit le pays dont elles relèvent, sont tenues de soumettre à chacun des organismes chargés de l'application de l'Accord qui sont visés à l'article 19 de celui-ci les informations comptables et statistiques requises par les normes et directives uniformes convenues d'un commun accord.

Article 13

Les Parties contractantes établissent des documents homologués pour le transport routier international (formulaires de permis originels et de permis complémentaires d'homologation et de description des véhicules).

Article 14

1. Les documents opérationnels et formulaires visés dans la présente Annexe sont rédigés en langues espagnole et portugaise et n'exigent pas de légalisation consulaire.
2. À cette fin, les Parties contractantes se communiquent réciproquement des spécimens des signatures et des sceaux et timbres des autorités et organismes compétents.

TITRE VI. INFRACTIONS ET SANCTIONS

Article 15

Les infractions aux dispositions légales et réglementaires en vigueur commises par les entreprises de transport agréées font l'objet d'enquêtes et de sanctions conformément à la législation de la Partie contractante sur le territoire de laquelle elles ont été commises, quelle que soit la Partie dont relève l'entreprise de transport responsable.

ESPACE RÉSERVÉ À L'EMBLÈME DE LA RÉPUBLIQUE ET AU NOM DE L'AUTORITÉ.

FORMULAIRE I

1. Document d'homologation No.

2. Le Directeur du Service autonome des transports et du transit terrestres du Ministère des transports et des communications certifie que, conformément à l'Accord relatif au transport international routier, l'entreprise indiquée ci-après relève de la juridiction de ce pays et atteste que celle-ci est autorisée à assurer un transport international routier, comme suit :

3. Nom et domicile légal de l'entreprise

Domicile

4. Pourcentage de la propriété et du contrôle effectif de l'entreprise que détiennent des ressortissants de (nom du pays) :

5. Nature du transport :

6. Modalités du transport à assurer :

7. Nombre de véhicules devant être utilisés :

Camions	Camions-tracteurs	Semi-remorques	Remorques
Représentant	tonnes de charge nominale		

8. Origine et destination du transport :

9. Itinéraire et séjour dans le pays :

10. Période de validité :

11. Annexes : Description des véhicules :

12. Permis accordés à le

DESCRIPTION DES VÉHICULES

FORMULAIRE II

ENTREPRISE

Origine/destination

Document d'homologation (certificat) No.

Catégorie Année Marque Modèle No. de châssis Essieux CMT CCL Tare Immatriculation

ANNEXE II

ASSURANCES

Article premier

L'obligation qu'ont les entreprises d'assurance de transport international de contracter une assurance conformément au présent Accord s'étend aux propriétaires ou conducteurs des véhicules utilisés pour le transport de marchandises pour compte propre, étant entendu que ladite assurance peut ne couvrir que la responsabilité civile en cas de dommages corporels et matériels causés à des tiers non transportés.

Article 2

Les autorités responsables de la réglementation des changes de chacune des Parties contractantes autorisent le transfert des primes d'assurance et des indemnisations destinées à couvrir les sinistres et les frais conformément aux dispositions du présent Accord.

Article 3

Les Parties contractantes s'engagent à échanger des informations concernant les normes en vigueur ou pouvant être adoptées à l'avenir au sujet des questions liées à la responsabilité civile et à l'assurance visée par le présent Accord ainsi que sur les dispositions fiscales ou autres qui affectent les primes perçues par les assureurs qui couvrent une responsabilité à l'étranger ainsi que sur les droits dont peuvent être exonérées les opérations en question. À cette fin, les règles d'application devront tendre à privilégier le développement des activités d'assurance des transports internationaux et à éviter la double imposition.

Article 4

Les compagnies d'assurance assumant la couverture des risques communiquent à leurs agents dans l'autre pays des formulaires pour qu'ils puissent être présentés aux autorités de contrôle des formulaires d'attestation d'assurance comportant les indications ci-après : nom et adresse de la compagnie d'assurance, numéro de la police, nom et adresse de l'entreprise de transport, spécifications et caractéristiques du véhicule, période de couverture, risques couverts, montants assurés, lieu et date d'émission, nom et adresse de l'agent et signature de celui-ci.

Article 5

1. Le montant minimum de la couverture devant être assurée conformément au présent Accord est le suivant :

- a) Dommages causés à des tiers non transportés :
 - a.1) Décès et dommages corporels : 20 000 dollars par personne

a.2) Dommages matériels : 15 000 dollars par bien

Limite par sinistre : 120 000 dollars.

b) Dommages causés aux passagers :

b.1) Décès et dommages corporels : 20 000 dollars par personne

b.2) Dommages matériels : 500 dollars par passager

Limite par sinistre : 200 000 dollars en cas de décès et/ou dommages corporels et 10 000 dollars en cas de dommages matériels.

2. Les assurés et les compagnies d'assurance peuvent librement convenir d'un montant de couverture supérieur aux minimums prévus par le présent Accord.

Article 6

L'assurance responsabilité civile couverte par les compagnies d'assurance du pays d'origine est valable si ces dernières ont conclu des contrats avec les compagnies d'assurance de l'autre pays pour l'expertise et la couverture des sinistres conformément à la législation de chaque pays.

Article 7

1. Afin de faciliter l'application des articles qui précèdent, les Parties contractantes s'emploieront à promouvoir la conclusion d'accords entre les compagnies d'assurance ou de réassurance, sous la supervision appropriée des autorités chargées des assurances, des transports et de la réglementation des changes de chacune des Parties contractantes.

2. Les autorités de chacune des Parties contractantes responsables des assurances établiront des clauses uniformes pour les polices d'assurance prévues par le présent Accord.

ANNEXE III

QUESTIONS RELATIVES À L'ENTRÉE ET AU SÉJOUR DES ÉTRANGERS

Article premier

Chacune des Parties contractantes autorise les membres de l'équipage des véhicules utilisés pour le transport international routier de passagers ou de marchandises à entrer sur son territoire et à en sortir et exige à cette fin la présentation du livret ou de la carte de membres d'équipages terrestres délivré par les autorités responsables des migrations de leur pays.

Article 2

Les autorités responsables des migrations des Parties contractantes autorisent les membres des équipages terrestres à entrer sur le territoire de leurs pays respectifs et à y séjourner pour une période ne dépassant pas trente (30) jours.

Article 3

En cas de force majeure dûment établie ou d'impossibilité d'achever dans ce délai une opération de transport déterminée, les Parties contractantes peuvent autoriser les membres des équipages terrestres à séjourner sur leur territoire pendant une période supplémentaire de trente (30) jours.

Article 4

Les entreprises de transport ou leurs représentants légaux sont responsables de tous les frais afférents à la sortie du pays des membres de leurs équipages terrestres en cas d'inobservation des normes pertinentes en vigueur dans le pays correspondant.

Article 5

Les entreprises de transport autorisées conformément au présent Accord et les membres de leurs équipages terrestres sont soumis aux dispositions légales en vigueur en matière d'immigration sur le territoire des Parties contractantes.

ANNEXE IV

QUESTIONS DOUANIÈRES

TITRE PREMIER. DÉFINITIONS

Article premier

Aux fins de la présente Annexe :

1. L'expression "admission temporaire" désigne le régime douanier spécial qui permet de recevoir dans un territoire douanier, en franchise de droits, certaines marchandises importées à une fin déterminée et devant être réexportées dans un délai déterminé sans modification, sous réserve de la dépréciation normale due à l'utilisation qui en est faite;

2. L'expression "transit douanier international" (TAI) désigne le régime douanier spécial selon lequel les marchandises sujettes à un contrôle douanier sont transportées d'un entrepôt sous douane à un autre en une seule et même opération supposant le franchissement d'une ou de plusieurs frontières;

3. L'expression "opération de transit douanier international" désigne le transport de marchandises d'un point placé sous la juridiction de la douane de départ jusqu'à un point de l'autre pays situé sous la juridiction de la douane de destination conformément au régime établi dans la présente Annexe;

4. L'expression "douane de départ" désigne la douane de l'une des Parties contractantes sous la juridiction de laquelle commence une opération TAI;

5. L'expression "douane du point de franchissement de la frontière" désigne la douane de l'une des Parties contractantes par laquelle passe, pour son entrée ou sa sortie du pays, une unité de transport dans le contexte d'une opération TAI;

6. L'expression "douane de destination" désigne la douane de l'une des Parties contractantes sous la juridiction de laquelle s'achève une opération TAI;

7. L'expression "charge exceptionnelle" désigne un ou plusieurs objets lourds ou volumineux qui, du fait de leur poids, de leurs dimensions ou de leurs natures, ne peuvent pas être transportés dans des unités de transport fermées, sous réserve qu'ils puissent être facilement identifiés. Cette expression comprend également les véhicules neufs transportés par leurs propres moyens;

8. L'expression "conteneur" désigne tous matériels de transport (malle transportable, citerne mobile ou engin semblable, avec ses accessoires, y compris le matériel de réfrigération, bâches, etc.) qui :

a) Constituent un compartiment fermé en tout ou en partie et destiné à contenir des marchandises;

b) Ayant un caractère permanent et par conséquent suffisamment résistants pour être utilisés plusieurs fois;

c) Ayant été spécialement conçus pour faciliter le transport de marchandises, par un ou plusieurs moyens de transport, sans manipulation intermédiaire des marchandises;

d) Étant construits de façon à pouvoir être déplacés dans des conditions faciles et sûres, en particulier pour le transbordement d'un moyen de transport à un autre;

e) Ayant été conçus de manière à pouvoir être chargés et déchargés facilement;

f) Ayant un intérieur pouvant être soumis facilement à une inspection douanière et ne comportant aucun lieu où puissent être dissimulées des marchandises;

g) Étant dotés de caractéristiques permettant à la douane d'apposer des scellés ou d'installer d'autres dispositifs de sécurité pour garantir leur inviolabilité pendant le transport ou l'entreposage;

h) Étant identifiés au moyen de marques et de numéros gravés de manière indélébile et peints de façon à être aisément visibles;

i) Ayant un volume intérieur d'au moins un mètre cube;

9. L'expression "contrôle douanier" désigne l'ensemble des procédures devant être adoptées pour assurer le respect des lois et règlements douaniers;

10. L'expression "déclaration de transit douanier international (DTA)" désigne le document au moyen duquel le déclarant demande à la douane de départ d'autoriser une opération TAI;

11. L'expression "déclarant" désigne la personne qui, conformément à la législation en vigueur dans chacune des Parties contractantes, demande l'autorisation d'une opération TAI, conformément aux dispositions de la présente Annexe, présentant une déclaration DTA à la douane de départ et qui est responsable devant les autorités compétentes de l'exactitude de la déclaration;

12. L'expression "dépôt de provision de bord" désigne un local privé placé sous surveillance douanière destiné à l'entreposage en franchise de droits, sous la responsabilité des transporteurs, des matériels d'entretien et de réparation des véhicules, dont l'autorisation est autorisée par les Parties contractantes sur leur territoire moyennant l'accomplissement préalable des formalités légales en vigueur;

13. L'expression "garantie" désigne l'obligation contractée à l'égard de la douane en vue d'assurer le paiement des droits ou l'accomplissement des autres obligations douanières;

14. L'expression "droits d'importation ou d'exportation" désigne les droits de douane et toute autre charge fiscale, monétaire, cambiaire ou autre ayant le même effet frappant les importations et les exportations. Cette expression exclut les taxes et obligations analogues correspondant au coût de services effectivement fournis;

15. L'expression "enceinte douanière" désigne le local utilisé par la douane pour réaliser les opérations douanières;

16. L'expression "transbordement" désigne le transfert de marchandises à une autre unité de transport, effectué sous le contrôle d'une même douane;

17. L'expression "transporteur" désigne toute personne autorisée à assurer un transport international routier conformément au présent Accord, qui assume devant les autorités compétentes la responsabilité de l'exécution régulière de l'opération TAI;

18. L'expression "unités de transport" désigne :

- a) Les conteneurs;
- b) Les véhicules routiers, y compris remorques et semi-remorques.

TITRE II. CHAMP D'APPLICATION

Article 2

1. La présente Annexe s'applique au transport de marchandises par unités de transport entre les territoires des deux Parties contractantes, dans tous les cas où le transport comporte le franchissement d'une frontière entre la douane de départ et la douane de destination.

2. Les Parties contractantes autorisent sur leurs territoires respectifs les opérations de transport international routier de passagers et de marchandises sous le régime de transit douanier international et d'admission temporaire de véhicules, autres matériels de transport et des accessoires nécessaires à l'exploitation des services de transport international, conformément aux normes en vigueur dans chacune des Parties et aux principes stipulés dans le présent Accord.

3. Les dispositions de la présente Annexe s'appliquent également au transport de marchandises en provenance ou à destination de pays tiers autres que les Parties contractantes.

4. Les dispositions du paragraphe 1 du présent article s'appliquent en outre aux opérations en transit, y compris les trajets par voie aquatique, sans transbordement des marchandises.

5. À moins que la présente Annexe n'en dispose autrement, l'expression "unités de transport" comprend également les charges exceptionnelles.

6. L'adoption des régimes douaniers est soumise à la législation de chacune des Parties contractantes, sur la base du principe de la réciprocité, et les administrations douanières peuvent adopter des procédures uniformes de contrôle bilatéral.

TITRE III. SUSPENSION DES DROITS À L'IMPORTATION OU À L'EXPORTATION

Article 3

Les marchandises transportées en transit douanier international (TAI) en vertu de la présente Annexe jouissent de la suspension des droits à l'importation et à l'exportation éventuellement exigibles pendant la durée de l'opération TAI, sans préjudice du paiement des taxes correspondant à des services effectivement fournis.

TITRE IV. DISPOSITIONS APPLICABLES AUX ENTREPRISES ET AUX UNITÉS DE TRANSPORT

Article 4

Le régime de transit douanier international (TAI) est accordé au vu de la copie du permis originel ou complémentaire délivré par les autorités des Parties contractantes compétentes en matière de transports.

Article 5

Pour pouvoir réaliser des opérations de transport international routier, les entreprises de transport et leurs véhicules doivent être enregistrés auprès de l'autorité compétente de la Partie contractante dans laquelle est immatriculé le véhicule.

Article 6

1. Aux fins de la présente Annexe, les unités de transport pouvant être scellées et utilisées pour le transport de marchandises doivent répondre aux caractéristiques ci-après :

- a) tre munies d'un dispositif où les scellés de la douane puissent être apposés de façon simple et efficace;
- b) Ne comporter aucun lieu permettant de dissimuler des marchandises;
- c) Comporter un espace utile pouvant être facilement inspecté par la douane;
- d) tre identifiées au moyen de marques et de numéros gravés de manière indélébile.

2. Les Parties contractantes, conformément aux dispositions de l'article trente de la présente Annexe, formulent, si besoin est, des recommandations concernant les caractéristiques auxquelles doivent répondre les unités de transport afin d'uniformiser les procédures appliquées par les différentes douanes appelées à intervenir dans une opération TAI.

Article 7

Les véhicules et leurs matériels doivent sortir du pays où ils sont entrés dans les délais convenus au plan bilatéral dans le même état et dans les mêmes conditions qu'à leur entrée, ce qui sera contrôlé par les autorités douanières.

Article 8

Les douanes procédant à l'admission temporaire des véhicules visés par le présent Accord et ses annexes vérifient leurs matériels de manière à les identifier avec précision lors de leur entrée, de leur sortie ou de toute nouvelle entrée, sous réserve de l'usure normale.

Article 9

1. Les autorités douanières peuvent autoriser l'installation de dépôts privés sous douane pour entreposer les pièces de rechange et accessoires indispensables à l'entretien des unités de transport et du matériel des entreprises étrangères agréées.

2. Les pièces de rechange et accessoires sont admis dans les dépôts susmentionnés en franchise de droits d'exportation et d'importation.

3. Les pièces et accessoires remplacés doivent être réexportés vers le pays d'origine, remis à l'administration douanière ou détruits, tous les frais y relatifs étant à la charge du transporteur.

TITRE V. SCCELLÉS

Article 10

1. Les scellés apposés par la douane conformément à la présente Annexe pour une opération de transit douanier international doivent répondre aux conditions minimales prescrites à l'Appendice I de ladite Annexe.

2. Chacune des Parties contractantes accepte les scellés répondant aux conditions minimales prescrites au paragraphe 1 du présent article qui ont été apposés par les autorités douanières de l'autre Partie, étant entendu toutefois que chacune des Parties contractantes a le droit d'apposer ses propres scellés lorsque ceux qui sont utilisés ne sont pas jugés suffisants ou n'offrent pas la sécurité requise.

3. Lorsque les scellés apposés par la douane sur le territoire de l'une des Parties contractantes sont acceptés par l'autre Partie, ils jouissent sur le territoire de cette dernière de la même protection juridique que les scellés nationaux.

TITRE VI. DÉCLARATION DES MARCHANDISES ET RESPONSABILITÉS

Article 11

Pour bénéficier du régime de transit douanier international prévu par la présente Annexe, il doit être présenté pour chaque unité de transport aux autorités de la douane de départ une déclaration de transit douanier international (DTA) établie en suivant le modèle bilingue espagnol-portugais approuvé par la Commission constituée conformément à l'article dix-neuf de l'Accord, comme prévu à l'article 30 de la présente Annexe, ladite déclaration devant être dûment complétée en un nombre d'exemplaires suffisant pour satisfaire à tous les contrôles pendant l'opération TAI.

Article 12

1. Les marchandises visées par le présent Accord qui entrent sur le territoire des Parties contractantes ou en sortent ne peuvent être transportées qu'au moyen de véhicules ou d'engins de transport qui, de l'avis des autorités douanières, répondent aux exigences du transport international et sont de nature à garantir le respect des dispositions douanières.

2. Le transporteur est responsable devant les autorités douanières du respect des obligations découlant de l'application du régime de transit douanier international, et en particulier des obligations tendant à garantir que les marchandises arrivent intactes à la douane de destination conformément aux conditions stipulées dans la présente Annexe.

3. Le déclarant est seul responsable des infractions à la réglementation douanière découlant de l'inexactitude de ses déclarations.

TITRE VII. GARANTIES RELATIVES AUX MARCHANDISES ET AUX VÉHICULES

Article 13

1. Les véhicules des entreprises agréées et autorisées à assurer un transport international conformément au présent Accord constituent de plein droit la seule garantie de paiement des droits et des sanctions pécuniaires éventuellement applicables au titre aussi bien des marchandises transportées que des véhicules admis temporairement sur le territoire des deux Parties contractantes.

2. Les entreprises de transport peuvent, à la demande des autorités douanières et conformément à la législation de la Partie contractante intéressée, être invitées à remplacer la garantie prévue par le présent article par une garantie bancaire ou celle d'une compagnie d'assurance.

TITRE VIII. FORMALITÉS À OBSERVER À LA DOUANE DE DÉPART

Article 14

1. Les unités de transport chargées doivent être présentées à la douane de départ avec la déclaration DTA.

2. Les autorités de la douane de départ vérifient :

- a) Que la déclaration DTA a été établie correctement;
- b) Que l'unité de transport offre la sécurité nécessaire conformément aux conditions stipulées à l'article six;
- c) Que les marchandises transportées correspondent, par leur nature et leur quantité, à celles qui sont spécifiées dans la déclaration.

3. Une fois les vérifications opérées, les autorités de la douane de départ apposent leurs scellés et certifient la déclaration DTA conforme.

4. Lorsqu'elles le jugent opportun, les autorités de la douane de départ procèdent à l'examen des marchandises, de préférence par sondage.

5. La déclaration DTA est enregistrée et retournée au déclarant, lequel adopte les dispositions nécessaires pour qu'elles puissent être présentées aux contrôles douaniers aux différentes étapes de l'opération TAI. Les autorités de la douane de départ conservent un exemplaire de la déclaration.

6. Les procédures ci-après s'appliquent aux charges exceptionnelles :

a) L'autorisation de réaliser l'opération TAI est subordonnée à la possibilité d'identifier les charges exceptionnelles, en particulier au moyen des marques ou numéros de série apposées sur les marchandises ou de la description qui en est faite ainsi que de l'apposition de marques d'identification ou de scellés, de sorte que ces expéditions ne puissent pas être remplacées, en tout ou en partie, par d'autres marchandises et qu'aucun de leurs éléments ne puissent être retirés sans que cela apparaisse clairement;

b) Si les autorités douanières exigent d'autres documents d'identification des charges exceptionnelles, lesdits documents sont mentionnés dans la déclaration DTA.

TITRE IX. FORMALITÉS À OBSERVER À LA DOUANE DU POINT DE FRANCHISSEMENT DE LA FRONTIÈRE

Article 15

1. Le transporteur doit présenter l'unité de transport chargée avec les scellés intacts ainsi que la déclaration DTA concernant les marchandises aux autorités douanières de chaque point de franchissement de la frontière à la sortie du territoire de l'une ou l'autre des Parties contractantes. Lesdites autorités vérifient que l'unité de transport n'a pas fait l'objet de manipulation non autorisée et que les scellés ou marques d'identification sont intacts et visent la déclaration DTA.

2. Les autorités susmentionnées peuvent conserver un exemplaire de la déclaration DTA aux fins de l'enregistrement de l'opération et en adressent un autre exemplaire signé à la douane de départ ou à la douane du point de franchissement de la frontière d'entrée dans le pays pour que celle-ci puisse clore définitivement l'opération TAI sur le territoire dudit pays.

Article 16

1. Le transporteur doit présenter l'unité de transport chargée avec les scellés intacts ainsi que la déclaration DTA concernant les marchandises aux autorités douanières de chaque point de franchissement de la frontière à l'entrée sur le territoire de l'une ou l'autre des Parties contractantes.

2. Les autorités de la douane du point d'entrée vérifient :

- a) Que la déclaration DTA a été établie correctement;
- b) Que l'unité de transport offre la sécurité nécessaire et que les scellés sont intacts ou, s'il s'agit d'une charge exceptionnelle, que celle-ci répond aux conditions stipulées au paragraphe 6 de l'article quatorze de la présente Annexe.

3. Une fois réalisées les vérifications de routine, les autorités douanières du poste frontière visent la déclaration DTA et, s'il y a lieu, apposent de nouveaux scellés en le mentionnant dans ladite déclaration.

4. Les autorités douanières du point d'entrée conservent un exemplaire de la déclaration DTA aux fins de l'enregistrement de l'opération.

Article 17

Si les autorités douanières retirent les scellés, que ce soit lors du franchissement de la frontière ou pendant le trajet, pour inspecter une unité de transport chargée, elles le mentionnent dans la déclaration DTA qui accompagne l'unité de transport, en y joignant les observations auxquelles l'inspection a donné lieu ainsi qu'une indication des caractéristiques des nouveaux scellés apposés.

TITRE X. FORMALITÉS À OBSERVER À LA DOUANE DE DESTINATION

Article 18

1. Le transporteur doit présenter aux autorités de la douane de destination l'unité de transport chargée avec les scellés intacts ainsi que la déclaration DTA concernant les marchandises.

2. À la fin de l'opération TAI, les autorités de la douane de destination procèdent à l'examen des documents et à la vérification de l'unité de transport chargée, des scellés et des autres éléments tendant à garantir la sécurité et l'intégrité de la charge.

3. Après avoir vérifié que le transporteur s'est acquitté des obligations qui lui incombent, les autorités de la douane de destination certifient l'arrivée des marchandises. Copie de la déclaration DTA ainsi certifiée est remise à l'intéressé.

4. La douane de destination conserve un exemplaire de la déclaration DTA et exige la présentation d'un exemplaire supplémentaire qui est adressé à la douane du poste de franchissement de la frontière à l'entrée dans le pays pour que celle-ci puisse clore définitivement l'opération TAI.

TITRE XI. INFRACTIONS DOUANIÈRES, RÉCLAMATIONS ET ACCIDENTS

Article 19

1. Si la douane d'un pays a des raisons de soupçonner qu'une infraction douanière est sur le point d'être commise, elle adopte les mesures légales appropriées prévues par son propre règlement. Si le véhicule est retenu, l'entreprise autorisée peut présenter une garantie jugée satisfaisante par les autorités compétentes pour obtenir la main-levée du véhicule pendant que se poursuivent les formalités administratives ou judiciaires.

2. Sans préjudice des mesures administratives et judiciaires qui peuvent être adoptées lorsqu'il est commis une infraction douanière visée par le présent article, le service des douanes se réserve le droit de demander à l'organisme national compétent de son pays la suspension du permis originel ou complémentaire qu'il a accordé à l'entreprise impliquée. Si une entreprise agréée commet des infractions répétées, l'organisme national compétent, agissant à la demande des autorités douanières, annule le permis originel ou complémentaire, selon le cas.

Article 20

Si elles ont certifié que les règles applicables à l'opération TAI réalisée sur leur territoire ont été fidèlement respectées, les autorités douanières ne peuvent pas réclamer le paiement des droits visés à l'article trois de la présente Annexe, à moins que ladite certification n'ait été obtenue de manière irrégulière ou frauduleuse ou qu'il y ait eu violation des dispositions de la présente Annexe.

Article 21

1. Si les scellés sont brisés, ont été détruits ou ont été endommagés pendant l'opération TAI, le transporteur signale immédiatement le fait à la douane la plus proche. Les autorités de cette douane font le nécessaire pour établir les circonstances de l'accident et adoptent les mesures voulues pour que l'opération TAI puisse se poursuivre. Copie du procès-verbal est jointe à la déclaration DTA.

2. S'il est impossible de signaler immédiatement le fait à l'autorité douanière, le transporteur doit s'adresser à l'autorité compétente la plus proche, qui établit les circonstances de l'accident et joint le procès-verbal à la déclaration DTA. Ledit procès-verbal doit être présenté avec l'unité de transport chargée et la déclaration DTA à la douane la plus proche, qui adopte les dispositions requises pour que l'opération TAI puisse se poursuivre.

3. En cas de danger imminent exigeant le déchargement immédiat de tout ou partie des marchandises, le transporteur peut adopter de sa propre initiative les mesures qu'il juge opportunes.

TITRE XII. ENTRAIDE EN MATIÈRE ADMINISTRATIVE

Article 22

Les autorités douanières de l'une des Parties contractantes ayant ouvert une enquête sur une infraction ou infraction soupçonnée aux dispositions de la présente Annexe demandent par écrit aux autorités douanières de l'autre Partie :

- a) Des informations sur les déclarations présumées fausses qui ont été présentées ou acceptées sur son territoire à propos du transit douanier international;
- b) Des informations permettant de vérifier l'authenticité des scellés éventuellement apposés sur son territoire.

Article 23

Les autorités douanières de l'une des Parties contractantes, si elles constatent qu'une déclaration DTA manque de précision ou si elles constatent toute autre irrégularité dans l'opération TAI réalisée conformément à la présente Annexe, en informe d'office les autorités douanières de l'autre Partie.

TITRE XIII. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 24

Les Parties contractantes peuvent, pendant le déroulement sur leur territoire de l'opération TAI :

- a) Fixer un délai pour l'achèvement de l'opération sur leur territoire;
- b) Exiger que les unités de transport suivent des itinéraires déterminés.

Article 25

1. Les douanes habilitées à exercer les attributions liées au contrôle à la frontière du transport international routier de passagers et de marchandises ainsi qu'au contrôle des marchandises transportées sous le régime de transit douanier international visé par le présent Accord sont, en République fédérative du Brésil, l'Inspectorat de Vila Pacaraíma et, en République du Venezuela, la douane de Santa Elena de Uairén.

2. Les Parties contractantes doivent :

a) Réduire au minimum le temps qu'exige l'accomplissement des formalités douanières lors du franchissement de la frontière et établir une procédure accélérée pour les marchandises transportées dans le cadre d'une opération TAI;

b) Accorder la priorité au dédouanement des marchandises périssables, animaux vivants et autres marchandises qui exigent impérativement un transport rapide, comme les transports urgents ou les secours en cas de catastrophe;

c) À la demande de l'intéressé, faciliter l'accomplissement des formalités douanières aux points de franchissement de la frontière en dehors des jours et horaires de travail normaux.

3. Les Parties contractantes harmonisent les horaires d'ouverture de tous les organismes appelés à intervenir aux points de franchissement de la frontière ainsi que les procédures qu'ils appliquent.

Article 26

1. Sous réserve des dispositions du paragraphe 2 du présent article, l'accomplissement par les agents des douanes des formalités visées dans la présente Annexe ne donne lieu à aucun paiement.

2. À la demande de toute personne intéressée, les Parties contractantes autorisent les douanes à fonctionner aux points de franchissement de la frontière en dehors des jours, horaires et locaux normalement prévus. En pareil cas, les frais afférents à ce service spécial ainsi que les heures supplémentaires des agents des douanes peuvent être facturés.

Article 27

Les unités de transport qui franchissent la frontière à vide doivent présenter un manifeste international de charge (MIC).

Article 28

Les dispositions du présent Accord ne dispensent pas du respect des normes sanitaires et autres appliquées par l'une ou l'autre des Parties contractantes.

TITRE XIV. TRANSPORT INTERNATIONAL DE PASSAGERS

Article 29

Les Parties contractantes harmonisent les procédures et documents douaniers afin de faciliter le transport international routier de passagers.

TITRE XV. DISPOSITIONS FINALES

Article 30

1. À la demande de l'une ou l'autre des Parties contractantes, il peut être convoqué des réunions de la Commission constituée en application de l'article 19 de l'Accord, avec la participation de spécialistes des douanes des deux Parties pour passer en revue les dispositions de la présente Annexe et proposer l'application de mesures de nature à garantir l'uniformité des procédures appliquées par les douanes de chacune des deux Parties.

2. De même, ladite Commission encouragera l'utilisation des méthodes de transmission électronique de données afin de promouvoir l'échange d'informations entre les douanes des Parties contractantes et avec les autres usagers afin de tirer le meilleur parti possible des progrès de la technologie dans ce domaine, de faciliter l'application des procédures douanières et de resserrer la coopération entre les services des douanes des deux pays.

APPENDICE À L'ANNEXE IV

Conditions minimales auxquelles doivent répondre les dispositifs de sécurité douanière (scellés)

Les dispositifs de sécurité douanière doivent répondre aux conditions minimales ci-après :

1. Conditions générales

Les dispositifs de sécurité douanière doivent présenter les caractéristiques suivantes :

- a) tre solides et durables;
- b) Pouvoir être appliqués facilement;
- c) Pouvoir être examinés et identifiés facilement;
- d) tre difficiles à retirer, briser ou manipuler de façon irrégulière sans laisser de traces;
- e) Ne pas être réutilisables;
- f) Difficiles à copier ou imiter.

2. Spécifications matérielles des scellés

a) Les dimensions et la forme des scellés doivent être telles que les marques d'identification soient facilement lisibles;

b) Les dimensions de chaque scellé doivent correspondre à celles du câble ou ruban utilisé et les scellés doivent être apposés de manière à assujettir solidement ce dernier;

c) Le matériau utilisé doit être suffisamment solide pour empêcher toute rupture accidentelle, toute détérioration rapide par suite des conditions climatiques, d'agents chimiques, etc., ou toute manipulation irrégulière ne laissant pas de trace; et

d) Le matériau utilisé doit être choisi en fonction du type de scellé utilisé.

3. Spécifications du câble ou du ruban

Les câbles ou rubans doivent être solides et durables et résister aux intempéries et à la corrosion.

4. Marques d'identification

Les scellés ou les câbles ou rubans, selon le cas, doivent porter des marques :

a) Indiquant qu'il s'agit d'un dispositif de sécurité douanière grâce à l'utilisation uniforme du mot "douane";

b) Identifiant le pays, de préférence au moyen des lettres utilisées pour indiquer le pays d'immatriculation des véhicules autorisés à assurer un transport international;

c) Permettant d'identifier la douane qui a apposé le dispositif.